

Anos 1967-1969

N^o 28/30

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

1969

→ Am donatório que "bebria fumo"
↳ p. 28-32 p 36 e 46

Anos 1967-1969

N^o 28/30

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

1969

Anos 1967-1969

N°.s 28/30

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

1969

ESTUDOS E ENSAIOS

Primeiro Capítulo da História de Vila Velha

Ceciliano Abel de Almeida

Atesta Pero de Vaz Caminha em sua carta que, no julgamento dos historiadores, é a certidão da existência da terra descoberta por acaso ou não é, mais tarde, denominada Brasil, ser habitada por bárbaros pacíficos vivendo em completa nudez. Entretanto no ano seguinte Gaspar de Lemos, capitão da esquadilha de três navios, chega às praias do Rio Grande do Norte para testemunhar a posse de Portugal cravando marco e, com os próprios olhos, vê espantado, aturdido, e registra Américo Vespúcio, seu imediato ou assessor, que os indígenas daquelas paragens, os portugueses, são antropófagos. Uma bugra mata traiçoeiramente, a paulada, um jovem português e muitos o espedaçaram e levaram-no ao braseiro e a maloca presente participa, gulosamente do banquete, do festim horripilante. Fatos, como este, certamente se repetem, divulgam-se. Lisboa assusta-se. E a notícia de que os índios de Brasil são antropófagos, generaliza-se.

A Coroa Portuguesa pressente que não é fácil a conquista do país povoado por gente tão atrasada, tão cruel e que comercialmente, não lhe oferece lucros compensando as despesas de subjuga-la. Nas índias, ao contrário, estão, no momento, os seus interesses imediatos. Mas precisa, ao menos, certificar-se

e apossar-se do território imenso do Novo-Mundo. Por isso não o abandona de todo. Organiza poucas expedições semelhantes à de Gaspar de Lemos. Estabelece algumas feitorias das quais a história não dá notícias precisas, mas que não embarçam o francês de amistar com o gentio, de levar da terra pau-brasil, momos e papagaios, que encantam as damas de Paris.

Em 1521 falece o Rei-Afortunado. Sucede-lhe D. João III. Encontra o reino debatendo-se em tremenda sêca. Há miséria e peste. As rendas minguadas não satisfazem os gastos inevitáveis da administração. Vale-se de empréstimos externos pagando juros altos. A receita no decênio de 1525 a 1535 não ultrapassa a quantia anual de um milhão de cruzados. A dívida do país em 1534 orça por dois milhões e os juros beiram cento e vinte mil cruzados.

A situação externa é delicada. Francisco I, rei da França, é um irconformado com a Bula do Papa Alexandre VI. D. João III e Carlos V, rei da Espanha, são primos, cunhados e amigos recomendam despeito absoluto ao tratado de Tordesilhas mas, de fato, não o observam. Vive D. João comprimido entre os soberanos da Espanha e da França. Um historiador, Gomes de Carvalho, considera-o "ardiloso". Envia à França negociadores da paz, corrompe as autoridades marítimas francesas, manda frotas atacar e apresar navios na América.

Francisco I, por sua vez, concede cartas de marca a corsários desabusados entre os quais Francisco Anjo. Em 1536, os barcos apoderados pelos corsários somavam trezentos e cinquenta.

A colônia está desguarnecida. Não há recursos para povoá-la. Adotam-se medidas para defende-

las, organizam-se expedições. Cristovão Jaques comanda uma delas, em 1526. Adquire maior conhecimento da costa. Combate os intrusos, os piratas. Vem depois, Martim Afonso de Souza. E o Governo português percebe que essas providências não bastam para garantir a posse da vasta região.

Descoberto o Brasil havia trinta e quatro anos "ainda nada tinha dado e estava em bruto, prometia grandes maravilhas" afirma Frei Luis de Souza. E Washington Luis assevera que: "as lendas sobre riquíssimas minas alucinavam os europeus ávidos em toda a parte da velha Europa. Ninguém podia já distinguir o que de real haveria nas ficções criadas e ampliadas por imaginações desvairadas". E uma delas excede todas as outras. É a do **El-Dourado**, região imaginária, fabulosa, onde as serranias de ouro e prata estariam resplandecendo no Peru, em Nova Granada, enfim na America novamente descoberta. Manoa era a capital, El-Dourado o rei a quem ao amanhecer, borrifam-lhe, umedecem-lhe o corpo com uma substância viscosa do suave aroma e sobre ela pulverizam ouro finíssimo. E, assim seria esse rei portentoso de veste singular, extravagante e fautosa a qual retirada não mais se empregava.

D. João, admite-se, quer também possuir essas minas e precisa zelar a terra encontrada por Alvares Cabral, até porque se convenceu de que não é suficiente cravar nela cruzeiros e afincar marcos. Deve colonizá-la e se não o fizer pode perdê-la. Divide-a em quinhões que são doados a vassallos de consideração, e nos forais dos donatários prevê o descobrimento de minas de ouro ou de pedras preciosas e fixa, também, que o quinto da produção caberia ao rei sendo todas as despesas com a exploração custeada pelos descobridores.

Parece bem imaginado o sistema de colonização adotado por D. João, mas não criado por ele, no qual o reino sem dispêndio vai povoar o Brasil. Acontece, porém, que os donatários escolhidos têm boa linhagem mas não possuem recursos capazes de tão vultosos empreendimentos. Os abastados das capitanias do norte, exceto o de Pernambuco, fracassaram como os do sul por motivos conhecidos e quase sempre semelhantes.

A nossa terra coube ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, cuja data de nascimento ainda não se conhece e só se tem certeza do ano de seu trespasse.

Da síntese imperfeita que esboçamos, adquirimos idéia aproximada da situação angustiosa das finanças de Portugal durante os primeiros trinta e cinco anos, após o descobrimento do Brasil, e também, da ousadia dos donatários que se atreveram a vir povoar os quinhões que lhes foram concedidos pelo rei. Vasco Fernandes Coutinho é um deles, dos mais audazes e dos mais destemidos. Foi, devemos proclamar, o mais esforçado e o mais perseverante, em confronto com os outros bravos, que em condições parecidas com as dele vieram estabelecer-se no Novo-Mundo.

O primeiro capítulo da história de Vila Velha gira em derredor da figura inconfundível do primeiro donatário da Capitania.

Os goitacás madrugam, como de costume, e lobrigam longe, muito além do Monte Moreno, no horizonte, uma caravela que veleja e aproxima-se lentamente, cautelosamente, da foz do **Xapinanga** (Santa Maria) (1). E a Grorya (Glória) demanda a terra doada por D. João III, rei de Portugal, a Vasco Fernandes Coutinho. Nela, com sessenta compa-

nheiros, navega ufano o donatário, que se recomenda ao soberano pelas façanhas heróicas praticadas em Africa e na Índia.

Sobressaltados a princípio e amotinados depois, os selvagens não permitem o desembarque do m...boab (estrangeiros), (2) soltam o grito de guerra e devairados estribilham m.boab! m.boab! m.boab!... e atiram-lhes flexas, que não alcançam o navio, e Coutinho, fidalgo de alma bondosa, hesita em acometer aquêles grupos de indígenas alucinados munidos de armas primitivas - arcos e setas. Lastima não haver cordura e decide-se, por fim a fazer "alguns disparos das peças de bordo" que "anularam a pretensão levando-os atemorizados a se refugiarem na floresta".

O alvoroço do gentio, os disparos de bordo espantaram os pássaros - araras, papagaios, tucanos, japús... que se retiram das copas das árvores das "matas vizinhas que parecem ter visto a infância do mundo", voam rápido e procuram outras fruteiras, outros pousos.

Sopra o nordeste reinante. Despedaçam-se as ondas de encontro aos rochedos da Ponte do Tubarão, atropelam-se com as praias do interior da baía e das ilhas de bases graníticas. A preamar invade, alaga os mangais margeantes, rio acima, enquanto a Glória balouça ancorada. Sorri a primeira vitória de Vasco que, resoluto, vai principiar a colonização da donatária. /w

* * *

Índios há que, embora desconfiados, consentem em relacionar-se com o donatário e sua gente e, possivelmente, Vasco acredita que muitos outros se amistarão com os colonos e assim, uma concórdia generalizada e permanente será estabelecida. Tranquilo e esperançado em dias venturosos cumpre-lhe, agora, sa-

tisfazer compromissos contraídos. Distribui sesmarias: a ilha do Boi a D. Jorge de Menezes (3) e a dos Frades a Valentim Nunes, e outras (4), à medida que se vão reconhecendo os arredores do local, escolhido pelo Donatário para edificar a vila, chamada do Espírito Santo por haver a posse se verificado no dia de Pentecostes, domingo, 23 de maio de 1535.

Sem ataques dos selvagens pode Vasco Fernandes Coutinho naqueles dias resplandescentes visitar sítios e divisar terras da doação que lhe fizera El-Rei de Portugal e, decerto, excursiona aos cumes dos montes, a Leste esquadrinha os sem-fins do Atlântico e a Oeste, ao Norte e ao Sul banhados, planícies e serras. Estas limitadas por linhas sinuosas das cumeadas, cobertas de florestas, e cuja associação forma o esbatido violácio, séculos depois anotado por Goeldi, o grande cientista e incomparável observador dos acidentes geográficos brasileiros.

O cenário que se apresenta ao fidalgo luso é belo, impressionante e grandioso. Outros e muitos outros pensa, existirão e talvez de proporções mais agigantadas, mais engrandecidas. E todos êsses panoramas belíssimos, imaginados, são de seu domínio tanto quanto puderam entrar na conquista do Rei.

Mais perto de seu posto de observação Vasco esguarda no Penedo, no Jucutuquara, com uma face carcomida desigualmente pelo vento, no Muchuara e no Mestre Alvaro, que lhe serviu de alvo para demandar a barra do Santa Maria e, por certo, essa balisa dos navegantes será a montanha pejada de metal nobres: ouro, prata, ... e pedras preciosas. Será ela a primeira pesquisada mui cuidadosamente. Levado pela aspiração de devassar o interior de sua capitania, de chegar aos seus confins, Coutinho devaneia. Sente-se

na posse de sua donatária, rico em terras, e há de ser rico em metais de alto valor, e há de ser rico em gemas raras e variadas, e antevê o júbilo de El-Rei e as novas mercês que receberá. É magnânimo mas sabe, sem temor, rechaçar o inimigo, o gentio. É audaz, é aventureiro, e a prova disso é que se decidiu a vir para o país do Pau-Brasil (Ibirapitanga) mas é também, e sobretudo, ambicioso, quer ter fortuna imensurável e foi para tentar possuí-la que "apurou logo os meios de que dispunha, vendendo suas propriedades e renunciando, a troca de um navio e algum armamento e provisões, à tença que desfrutava, completou, mediante empréstimos, os recursos que eram indispensáveis a uma expedição de tal monta." (5) Em chegando triunfados goitacás e, agora, percebe a plenitude das multiplas dificuldades que lhe antojam, mas não recuará e há de vencer. Confia no Espírito Santo que o susterá. O povoado que vai edificar terá o nome da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, como já o tem a donatária e a baía.

* * *

Com êsses pensamentos, com êsses anseios, cuida Fernandes Coutinho de se defender das possíveis investidas dos selvagens que, em maioria, não se apaziguaram e erram as terras de seu senhorio. Organiza fortificação de madeira extraída da mata proxima construindo "uma paliçada contornando a faixa da praia, onde e levantaram os primeiros casebres de exígua população" e, sem tardança erige a capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário "para que o pensamento religioso estivesse sempre presente aos colonos".

Reconhece e vai, dia a dia, o capitão se convencendo de que a obra grandiosa, apenas iniciada, carece de mais adjutores e, naquêles dias arriscados,

com frenesi se excede nas providências para executar o reconhecimento da propriedade. Avalia os limites de seus recursos, de suas possibilidades, e pressente a necessidade urgente de percorrer as terras de sua donatária para se habilitar a explora-las e povoá-las.

Com êsse propósito são cingidas as ilhas da baía e, as de maior área, são doadas como assinalamos. A que está no fundo da baía parece ter sido considerada como continente. Acontece, porém, que a 13 de junho, vinte e um dias após a chegada à praia de Piratininga, alguns colonos, por certo a mando de Vasco, "embarcados em lanchas e lanchões" aproveitam a maré de enchente, transpõem o passo formado pelo Penedo e pela ponta da serra em cujo sopé foi, anos depois, edificada Vitória, descobrem as ilhas do Príncipe e da Pólvora, avistam os montes da margem direita vestidos de matas vigorosas, os mangais beradeando o rio, o Muchuara que sobranceia os arredores, o Santa Maria que vem do sertão desconhecido e surpreendem-se, quando as águas vão abandonando a direção do Norte e descambam para a do Leste. Descobrem uma grande ilha. Denominam-na Santo Antônio.

* * *

O donatário não se contenta com o vogar as lanchas, com o voltear as ilhas, com o farto pescado, com o alimento da tauna opulenta. Sômente com isto êle não se satisfaz. Renite o pensamento que, mesmo antes da doação de El-Rei, ferve em anelos de bens inexauríveis. Sempre que empolgou a probabilidade, quase a certeza de que na porção do Brasil que lhe caberia, o ouro, a prata, as gemas curuscentes sobejariam. E quer de imediato, explorar as riquezas imaginadas, inesgotáveis, do subsolo de sua donataria. "A revelação das minas oferecia vantagem dupla:— faria dêle um nababo, caso fôsse êle próprio o descobridor, e atrain-

ria de qualquer maneira, multidões para a terra". E por que não tentar desvendá-las incontinente?

Superadas as primeiras dificuldades, desmatada e semeada a terra "Vasco Coutinho e seus companheiros se atiram às explorações", e isso sucede "em fins de 1535 ou princípio do ano seguinte". Embrenham-se na floresta "bem armados e municados" e atingem os "arredores da hoje cidade da Serra. O Mestre Álvaro serve de baliza a essa gente que se adentra ao sertão ignorado. Esse monte elevado, orientador da navegação, não revela, entretanto, aos excursionistas, a fortuna tão ardentemente ambicionada.

Nessa exploração o donatário e seus companheiros "abrindo picadas penetram no coração da mata frondosa. Não são incomodados ou pressentidos pelos índios" e, por certo, se extasiam perante as árvores seculares, os ribeiros cascadeantes, as orquideas, as lianas, os caitês... e a fauna opulenta. A natureza, constata-se, é soberba e rude. O fidalgo indubitavelmente compreende que os sessenta emigrantes recrutados na metrópole de procedências diversas, alguns de profissões duvidosas, não são em número e qualidade elementos humanos capazes para tarefa tão ardua e tormentosa e "o único resultado dessa expedição foi consolidar no espírito do capitão a idéia da necessidade de aumentar o número de habitantes brancos da sua governança. Com o escasso grupo de que dispunha, não podia se aventurar à conquista de tesouros no interior."

* * *

Resumamos daqui para diante as ocorrências havidas na difícil colonização da Capitania.

Vasco Fernandes Coutinho aceita a cooperação de Duarte Lemos, "fidalgo da casa real!", possui-

dor de haveres e em troca doa-lhe a ilha de Santo Antônio que passa a ter o nome de ilha de Duarte Lemos. Este não consta que haja se interessado na ilha e monta um engenho de açúcar à margem do Rio das Roças Velhas.

Torna-se inimigo de Vasco e acusa-o de vas-salo desleal!

* * *

Vasco Fernandes Coutinho sabe que o Rio Mucuri, ao norte, limita a seu senhorio e acerta com Pero de Gois da Silveira, ao sul, pelo rio de Santa Catarina ou Tapinarym, assim denominado pelo índio.

* * *

Cinco anos depois de aportar Vasco Fernandes Coutinho, ao Espírito Santo é satisfatória a situação da Colônia e ele resolve ir a Portugal para da Europa e das ilhas trazer novo contingente de povoadores habilitando-o a penetrar o sertão e explorar minas de ouro e prata. Lá se demora até 1545 ou 1547; e na volta encontra o senhorio devastado pelos índios que mataram sucessivamente os fidalgos Jorge de Menezes e D. Simão Castelo Branco que assumiram o governo em sua ausência.

* * *

Nessa quadra de tamanhas incertezas e dificuldades Vasco livra Pero de Gois da Silveira ameaçado de morte, de ser, com os companheiros, devorado indígenas.

Este fato muito enaltece a gratidão e revela sua atitude louvável galardoando a desventura

de Góis socorrendo-o prontamente, retribuindo-lhe "o auxílio que, nos primeiros tempos da colonização lhe prestara". Vasco foi sempre o homem de bom coração, sensível, grato e generoso.

* + *

Não há menção de ter trazido Coutinho, em 1535, nenhum sacerdote para, com prudência, contrabalançar os demandas dos colonos doidivanos. Em 1541, porém, já se acha na Vila Espírito Santo o vigário João Dormindo que mais tarde, "por não haver hospital na terra" hospeda o jesuíta Pedro Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jácome.

* * *

O historiador José Teixeira de Oliveira capricha em provar que a mudança da sede da capitania de Vila do Espírito Santo, "Vila Velha", para a Vila de Vitória, "Vila Nova" ocorreu em 1550. Aceitando-se a sua conclusão é nesse ano a nosso ver, que termina o primeiro capítulo da História de Vila Velha.

-
- (1) Mário Freire - A Capitania do Espírito Santo -
pág. 3
 - (2) Mário Freire - Obr. cit. pag. 13
 - (3) Rocha Pombo - História do Brasil - Ilustrada
pág. 226, vol. III
 - (4) Mário Freire - Ob. cit. pag. 9
 - (5) Rocha Pombo - Ob. cit. pag. 224 - vol. III

Assim Morreu Anchieta . . .

Ceciliana Abel de Almeida

(Tópico tirado aos originais do livro (infelizmente inacabado e inédito) que, sobre o Espírito Santo, escrevia o saudoso Mestre).

De Pernambuco a S. Vicente Anchieta exerceu a missão de apóstolo, mas o Espírito Santo é o lugar de sua eleição. Reritiba é o recanto em que êle quer perecer, e prefere ser dentro de um lamaçal se fôr por obediência e bem das almas.

Doente, debilitado, mas não esmorecido, êle não se esvaece ainda, integra lampejos de forças para obedecer e acode ao chamado do superior para retornar a Vitória e, apesar de não concordarem os padres de Reritiba e Guarapari, na sua mansuetude inigualável êle explica ao padre Jerônimo: "estou determinado em ir para a Vitória, porque não quero deixar exemplo aos moços de pouca obediência, e que se diga que sendo eu desta cidade deixei exemplo menos bom".

Os índios queriam-lhe muito bem, auguravam-lhe a morte, choram-lhe a partida, ululam em desespero, e êle paternal consola-os " fiquem aí contentes, que ainda nos hemos de tornar a ver nesta vila ".

Em Vitória aguarda por cerca de seis meses a vinda de Pedro Soares, o novo superior. E a lenda insiste em atribuir-lhe milagres e profecias. Quando se despede de João Soares, afirma-lhe: "filho meu ficai-vos; jamais nos comunicaremos nesta vida; ainda que vós me haveis de tornar a ver neste mesmo sítio, será em tempo que vós não poderei falar."

E assim sucedeu.

Volta novamente a Reritiba onde o recebe o gentio com alegria; algazarra e chora porque seus sentimentos de prazer e de dor se revelam confusamente. E Padre Anchieta requinta em praticar o bem. Acarida, como sempre, a indiada. Procede como santo.

Não faz ainda trinta dias que retornou. Mal se locomove, tateando dirige-se à cozinha. Vai preparar um tisana para um doente. Não se sustém, esmorece e cai. Levam-no à cela. Aflito pede o Viático. Socorrem-no cinco padres. Genuflexos rezam ante o justo, que agoniza, devagar, invocando Jesus e Maria. E o bem-amado padre José de Anchieta falece num domingo, nove de junho de 1597.

Rápido divulga-se a notícia do desenlace. A gritar e a guiar abugrada afluem das praias, das matas, das aldeias, das montanhas. Os padres, os irmãos, os proprietários, os lavradores, os pescadores, as mulheres, os velhos, os moços e as crianças comparecem compungidos. Ao querido, ao complacente padre José prestam a derradeira homenagem. Pedem à Providência por ele, mas também há muitos que "em lugar de o encomendarem a Deus, se encomendam a ele".

Diminuído o alvoroço, abrandada a dor, organiza-se o préstito fúnebre. Carregam os indígenas o corpo amortalhado num caixão, de Reritiba a Vitória. Acompanha-o, piedosamente, o padre João Fernandes. Pranteiam-no os selvagens cristianizados, durante a caminhada. Na Vila do Espírito Santo acolhem-no o capitão Miguel de Azeredo, o prelado administrador Bartolomeu Simões Pereira, a clerezia, os religiosos de São Francisco, o provedor da Santa Casa de Misericórdia e a Irmandade. Chegam a Vitória e transportam-no para a Igreja dos Jesuítas onde é sepultado o corpo e preparadas solenes exéquias sob a orientação do padre Bartolomeu.

João Soares obtém consentimento do padre administrador para, com outros, observar o corpo do amigo. Constaram que ainda não há indício de decomposição. Enterram-no ao lado da sepultura do padre Gregório Serrão, conforme êle, "o Missionário Santo, o Bem-aventurado, o Apóstolo do Brasil" havia vaticinado...

José Marcelino

Levy Rocha

Procurando aperfeiçoar a defesa do Espírito Santo, D. João VI enviou, àquela capitania, o sargento-mor engenheiro, José Marcelino de Andrade Vasconcelos, para levantar a planta da barra de Vitória. Tão bem se saiu, na tarefa, o louro e guapo lusitano, e confeccionou, ainda, orçamentos e estatísticas, que mereceu, do reino, louvores em ato público.

A exemplo dos patrícios o sargento-mor se enfeitou por uma autótone, "pobre moça a quem o acidente da roça tirara o direito de exigir a legitimidade para o seu filho". É o que nos contou João Zeferrino Fangel de S. Paio, na biografia de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, que publicou na revista carioca: "Brasil Ilustrado". O fruto espúrio do dito "feitico," nasceu na Vitória, em 1.º de outubro de 1821.

Aquele ano foi conturbado pela política; houve insubordinação e motim do **Corpo de Tropa de Linha**, levante que impôs a substituição do comandante efetivo por José Marcelino de Andrade Vasconcelos. Uma devassa ordenada pelo governo central, obrigou o regresso, à corte, do sargento-mor de artilharia, o qual deixou o menino ao desamparo dos seus primeiros cuidados e atenções de pai.

Sabe Deus como que tropeças o jovem, verdadeiro autodidata, aprendeu as primeiras letras na Escola de Ensino Mútuo, do prof. José Joaquim de Almeida Ribeiro. Trabalhando para a própria manutenção, tomou o encargo de escritas comerciais e foi assim que se ilustrou, estudando nos intervalos do trabalho, o latim ministrado pelo padre Inácio Felix de Alvarenga Sales e o francês, em aulas particulares do R. José Ortiz, titular da cadeira no Liceu da Vitória.

Antes da maioridade (1840), o estudioso rapaz conseguiu o lugar de procurador da Câmara Municipal da cidade e com tal zelo e competência se portou que dois anos após passou a trabalhar na Assembléia Provincial. Logo, acumulava as funções de amanuense da secretaria da polícia, cargo que ocupou até ser nomeado professor público da Vila de Benevente (Anchieta). Esforçando-se para galgar mais alta posição, fez-se perito em leis e mereceu, do governo provincial, a designação para cargos policiais e judiciários. Foi, por eleição popular, Juiz de Paz, vereador, eleitor e deputado provincial cargo no qual se reelegeu. Em 1853, contrariedades oriundas da politica o induziram a abandonar emprêgo, casa, lugar na Assembléia e a província natal, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde voltou a profissão de guarda-livros e jornalista. Mas, a saudade puxou-o de volta à sua Vitória, onde passou a advogar por provisão. Outros desgostos lhe reservava a atividade pública, porém o ânimo retemperado levou-o a ocupar cargos diversos: oficial-maior da secretaria do governo; deputado provincial; deputado geral; inspetor da tesouraria provincial e diretor da instrução pública.

O total dos seus livros, obras de direito e praxe jurídica, de divulgação e cunho prático, atin-

ge a quase duas dezenas. Em 1862, o catálogo da livraria carioca de B. X. Pinto de Souza, estabelecida à rua dos Ciganos, 43-45, apresentava, além de sua obra histórica sobre a província natal, ao preço de quatro mil réis, o "Consultor Jurídico ou manual de apontamentos, em forma de dicionário, sobre vários pontos de direito", ao preço de seis mil réis, e ainda: "Formulário dos trabalhos das juntas de qualificação dos votantes, conselhos de recursos e assembléias provinciais com o sumário de todas as decisões que se tem dado, relativamente a este assunto", ao preço de um mil réis. Consta, do mesmo catálogo, o "Regimento dos inspetores de quartelão ou coleção dos atos e atribuições que competem a esta classe de funcionários", ao preço de um mil réis, e o "Roteiro dos delegados e sub-delegados de polícia, ou coleção dos atos, atribuições e deveres destas autoridades; fundamentada na legislação competente e na prática estabelecida. Composto para uso dos mesmos juizes" preço: seis mil réis.

Na folha de rosto da 2a. edição do "Novo guia teórica e Prática dos juizes municipais e de órfãos" (2 volumes), publicação de Laemmert, em 1862, achamos um "curriculum" do autor, mostrando o quanto ele se interessava pelo saber e intercâmbio dos conhecimentos: "Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa"; Advogado pela Relação da Córte; Sócio Efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; Sócio Honorário do Ateneu, do Instituto Científico e do Jurídico de São Paulo; Correspondente do Conservatório Dramático da Bahia, dos Ensaios Literários da Córte, dos Institutos Históricos de São Pedro do Sul, Bahia. etc.

Algumas de suas obras alcançaram repetidas edições, como o "Novo advogado do povo", que

em 1855 ia já pela quinta. Em 1887, a "Guia prática do povo no fôro civil e criminal", bem como o "Código criminal do Império do Brasil", atingiam a três edições. Nesse ano, repetiam-se as impressões do "Livro dos jurados", do "Manual dos promotores" e já constavam da bagagem do autor, em letra de forma: "Manual do leigo em matéria civil e criminal", (livro de estréia, em 1855); "Novo manual da Guarda Nacional"; "Advogado comercial"; "Código comercial anotado"; "Leis e atribuições das assembleias provinciais"; "Manual dos Juizes de direito", além do opúsculo: "Cahenho dos depositários públicos".

Ao falecer, no Rio de Janeiro a 26 de novembro de 1874, deixava, em manuscrito, o "Reperatório das leis e regulamentos provinciais" cuja conveniência de impressão fôra recomendada, em relatório, por um presidente capixaba.

Atuando na imprensa periódica, José Marcelino foi redator d'"O Tempo", cujo primeiro número saiu a lume em 1º. de novembro de 1861 e do "Seminário", órgão dedicado à história e à literatura mais do que à política, que êle teve o cuidado de reunir num volume de 450 páginas, desde o 1º. número, impresso em 2 de janeiro de 1857 até ao n. 50, o último, saído a 3 de abril de 1858. Por ocasião da visita de Pedro II (janeiro de 1860), ao Espírito Santo, teve o autor oportunidade de oferecer um exemplar encadernado, dessa coleção, ao soberano. Outro volume, em idênticas condições, com índice e frontispício, pertence à Biblioteca Nacional, sendo de se lamentar que alguém haja arrancado a 1ª. fôlha do 1º. número.

Aos 8 de setembro de 1870, José Marcelino lançou, em Vitória, como fundador e 1.^o redator, o periódico "O Espírito-Santense", órgão que se manteve durante quase vinte anos, com um rol de destacados colaboradores. Do legado de sua produção intelectual, merece destaque a coletânea de versos de poetas capixabas: "Jardim Poético", englobada em dois volumes, impressos em Vitória, na Tipografia de Pedro Antonio d' Azeredo, a 1.^a série em 1856 e a 2.^a, quatro anos depois. Para avaliarmos a sua importância, basta lembrarmos o que dela escreveu Afonso Cláudio na "História da Literatura Espírito Santense", após fazer toda série de restrições ao mérito do compilador: "... Prestou com a publicação dos versos dos seus conterrâneos, um grande serviço aos estudiosos de hoje, que sem ela não poderiam dar-se conta do desenvolvimento literário da primeira parte do findo século . . ."

Em 1868 e 1870 ele publicou, na Tip. Laemmert e na Tip. do "Diário do Rio de Janeiro", respectivamente, o 1.^o e o 2.^o volumes da sua: "Seleção Brasileira", composta de notícias, curiosidades, biografias de homens ilustres e ocorrências da história pátria

Sem o rigor do cunho didático, os livros de José Marcelino, pela linguagem clara, desataviada e expositiva, foram de inestimável auxílio aos estudantes. Às escolas de primeiras letras da província natal ele dedicou um opúsculo que imprimiu em Vitória, no ano de 1859, oferecido ao Presidente da Província, Dr. Pedro Leão Veloso: "Catecismo Histórico e Político, Seguido de Máximas e Pensamentos de Diversos Autores".

Merece menção especial o seu: "Ensaio sobre a História e a Estatística da Província do Espírito Santo", a 1ª. história impressa na província, em 1858, com um belo retrato litográfico do autor, em meio corpo. Pouco importa que ele tenha se servido das **Memórias** do Governador Rubim e que o livro, fugindo à voga das efemérides cronológicas, redundasse em miscelânea histórico - estatístico - geográfica e de leis da província. O incontestável é que esses ensaios não podem faltar à bibliografia dos que se ocupam da história capixaba.

Vê-se quão justo é o reconhecimento póstero dos que homenagearam a José Marcelino Pereira de Vasconcelos conferindo o seu nome a uma rua, a um grupo escolar e a patrono de uma cadeira da Academia de Letras. Homenagem aliás, que a confusão não desmerece, se atribuída ao sargento-mor engenheiro, seu progenitor, ou a outro, de igual nome (seu filho) que teve realce na política e que também representou a província na Câmara dos Deputados.

Estrada São Pedro de Alcantara

Heribaldo L. Balestrero

Quando Silva Pontes, em 1802, falou na abertura do comércio de Minas Gerais com o Espírito Santo, através do Rio Doce, muita gente acreditou mesmo que ele tivesse solucionado esse problema da falta de comunicação entre as duas províncias.

Logo, porém que os interessados se apresentaram para a primeira viagem e a realizaram, lá não mais voltaram, tamanho o sacrifício que fizeram ante os violentos e constantes ataques dos selvagens e com as sucessivas baldeações em cada cachoeira de grande rio, destacando-se entre as maiores a das Escadinhas, perto da foz do rio Guandú, entre este e o porto do Souza.

Como mesmo já cogitara o govêrno, era imprescindível a abertura de uma estrada. Daí à concretização dessa idéia foi um passo apenas.

Iniciada a 14 de setembro de 1814, por determinação do Aviso de 11 de abril daquele ano, dela foi encarregado o coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, fazendeiro em Viana - e autêntico sertanista que se dispusera para a grande aventura, tendo construído mais de setenta e cinco das quais em plena mata virgem, infestada de índios, até a cidade de Ouro Preto, que era então a capital da Capitania de Minas Gerais - uma das primeiras grandes estradas

construídas no Brasil, senão a primeira em condições técnicas.

Partia da primeira cachoeira do rio Santa Maria, hoje município de Santa Leopoldina (naquele tempo pertencente ao município de Vitória), onde, depois de iniciado o serviço, ficou o sargento Alexandre Rodrigues Pereira, com a incumbência de receber e transmitir as comunicações necessárias entre o coronel Duarte Carneiro e o Governador Rubim. Tinha esse destacamento dois soldados e vinte índios, além de mais dezoito soldados dos destacamentos de Nova Coimbra e Bragança, em cada um dos quais ficaram apenas o comandante e duas praças. Eram ao todo quarenta homens.

Depois esse efetivo foi aumentado para 57 soldados auxiliado por uma divisão de Minas Gerais composta de 12 praças, correndo o soldo desses milicianos por conta do Governo do Espírito Santo e a manutenção da tropa por conta do governo mineiro.

"Como medida defensiva contra os ataques dos índios que não conformavam com a invasão dos seus domínios, estabeleceram-se quartéis de três em três léguas", dentro do território capixaba, nos seguintes lugares, a saber: Cachoeira do Rio Santa Maria, Bragança, Pinhel, Serra, Ourem, Barcellos, Vila Viçosa, Monforte, Souzel, Chaves, Santa Cruz e Vila de Príncipe.

Nota-se certa discordância entre os quartéis mencionados por Duarte Carneiro e os descritos no termo de mandada proceder da dita estrada, depois de concluída.

A estrada não partia do Potro de Itacibá, hoje município de Cariacica, como afirmou Antônio Marins, nem

passava em Viana, mas sim da primeira cachoeira do rio Santa Maria, como já foi dito, na situação de José Claudio de Sousa, seguido pela região sul do mesmo rio, onde estavam localizados os quartéis de Bragança, Pinhel, Serpa e Ourem, até o Braço Norte do Rio Jucu, à margem do qual ficava o Quartel de Barcelos, e daí, rumo sudoeste, até o Quartel do Príncipe, nos limites de Minas Gerais, depois de percorrer todo o território situado nas cabeceiras dos rios Castelo, afluente do rio Itapemirim e Braço Norte Esquerdo do Rio Itapemirim e seu afluente o rio Pardo.

Em 1817 foi que Rubim ligou a povoação de Viana, por uma outra estrada, medindo 10 léguas de extensão, que ia encontrar a de São Pedro de Alcântara a 700 braças ao norte do Quartel de Ourém, passando pelos quartéis de Borba e Melgaço, depois de ter atravessado, em direção norte, a fazenda do coronel Duarte Carneiro, em Borba, para alcançar as cumiadas da Serra do Pirão Sem Sal. Era a estrada chamada de Aldeamento Imperial Afonsino. Daí ao Quartel do Príncipe, passando pelo de Santa Cruz, a distância era enorme, por caminhos sinuosos, numa extensão de oito léguas à margem do rio Pardo.

Em 1816 já estava dando passagem aos pedestres que desciam de Minas, mas a primeira boiada que passou por ela foi trazida por Antônio Alexandre. Eloy Câmara que chegou a Vitória a 22 de junho de 1820, onde foi recebido sob os mais delirantes aplausos da população.

Durou mais de dois anos a sua construção e foi declarada pronta por Carta Régia de 4 de dezembro de 1816, que também autorizou a abertura de outras estradas pelos sertões entre o Espírito Santo e capitânias vizinhas, visando o incremento da lavoura.

Além de ter facilitado grandemente a propaganda que em Minas já se fazia do Espírito Santo, como terra dadivosa e imensamente rica, principalmente depois do governo Tovar - que inegavelmente foi um dos nossos maiores propagandistas na sua terra, pois era mineiro, foi por ela que desceram muitos dos bandeirantes que vieram explorar a nossa terra, com intuito de faiscar ouro e desenvolver a agricultura.

Também chamada Estrada Rubim, até a proclamação da Independência teve assim um papel relevante na colonização de toda a região sudoeste do Estado, notadamente daquela situada ao longo do seu percurso interiorano, além de interesse que despertou aos mineiros para virem repetir, no Espírito Santo, as façanhas de Bartolomeu Bueno e Fernão Dias, em São Paulo.

Durante muitos anos serviu ao trânsito de mineiros e capixabas. O seu movimento, porém, só se concretizou mesmo depois da sua ligação através do ramal de Viana-Ourém, que lhe proporcionou mais fácil comunicação com Vitória. Daí a razão pela qual muitos historiadores acreditavam ter ela começado no porto de Itacibã, também conhecido por Porto Velho, de onde partia a primitiva estrada que conduzia a Viana.

Al encerrarmos este nosso estudo sobre esta importante estrada de penetração, não devemos olvidar a personalidade de D. João VI, sob cujo governo se tornou possível a sua construção.

Os cuidados do rei foram verdadeiramente paternais para com o Espírito Santo - estacionário, havia quase três séculos. Pode-se afirmar com certeza que a nossa colonização dependeu em grande parte das suas cartas régias dirigidas aos nossos governantes, dos quais o mais obediente, em nosso benefício, foi inegavelmente Rubim.

Um Donatário Que "Bebia Fumo"

Guilherme Santos Neves

Na carta que Duarte da Costa escreveu ao rei de Portugal, a 20 de maio de 1555, lê-se isto a respeito do pobre donatário da Capital do Espírito Santo: "Vasco Fernandes Coutinho chegou aqui velho pobre e cansado, bem injuriado do bispo, porque em Pernambuco lhe tolheo cadeira despaldar na igreja e apregoou por escomungado de mistura com homens baixos por beber fumo segundo mo ele disse, eu o agasalhei em minha casa e com minha fazenda lhe socorri a sua pobreza para se poder ir para o Espírito Santo". A seguir prossegue o missivista, em tom irônico talvez, dizendo que "o bispo o agasalhou com dizer no pulpito cousas delle tam descortesies estando elle presente que o puseram em condiçam de se perder do que eu o desciei e hei vergonha de decrarar o que lhe disse".

Sabe-se (e assim o têm entendido os historiadores) que tão desolado ficou Vasco Fernandes Coutinho com a descortesia e a hostil attitude do bispo Pedro Fernandes Sardinha, que pensou até no suicidio assim se interpretando o tópico: "que o puseram em, condiçam de se perder", desatino que Duarte da Costa (como o diz) evitou.

Mas a carta prossegue: "... e por lhe defender (proibir) a elle o fumo sem o qual nam tem vida segundo elle diz o defendeu nesta cidade com exco-

munhão e grandes penas dizendo que era rito gentilício sendo hua mezinha que nesta terra sarava os homens e as alimarias d muitas doenças" (CER. "História da Colonização Portuguesa do Brasil", direção de Carlos Malheiro Dias, Pôrto, 1924, vol. III, pág. 375).

Esse documento, que ressalta o gênio irritadico do bispo Sardinha e seu arbitrário procedimento contra o "pobre velho e cansado" Vasco Fernandes Coutinho, revela, também, que o nosso infeliz donatário "bebia fumo", como êle próprio o confessa. Quase se pode dizer que o que restou do desentendimento entre ambos, e tem sido repetido nos tratados e compêndios de História é só e só, o "vício" do desvalido Coutinho. Da truculência de Pero Sardinha contra os "bebedores de fumo", vítimas de seus doestos, de suas excomunhões e dos vexames públicos de que dá conta a carta do 2º. Governador do Brasil - dêsses fatos quase não houve maior ressonância entre os historiadores. Dizem êles, via de regra, focalizando as duas figuras: um (o bispo) era atrabiliário e prepotente; o outro (Coutinho) um viciado em "beber fumo", como se isto fôra delito imperdoável.

Mas, afinal, que pecado êste que tanto irritou o bispo Sardinha?

Beber fumo era, àquela época, o mesmo que fumar e tragar.

É o que afiança Luis da Câmara Cascudo, um dos nossos mais lúcidos historiadores, em livro recente "Made in Africa" (Rio, 1965, no capítulo "Beber fumo", pgs. 177/180).

Diz aí o eminente Mestre: "No Brasil, até o século XVII, o fumar era beber fumo". E cita, a se-

guir, este tópico de Fernão Cardim: "Nesta terra se fazem umas congueras de folhas de palmas cheias desta erva seca, e pondo-lhe o fogo por uma parte põem a outra na boca e bebem fumo", acrescentando que por essa erva eram "os portugueses perdidos por ela" (pág. 177).

Da mesma forma, transcreve o minucioso depoimento de Gabriel Soares de Sousa: "As folhas desta erva, como é seca e curada, e muito estimada dos índios e mamelucos e portugueses, que bebem o fumo dela, ajuntando muitas folhas destas, torcidas umas com as outras, e metidas em um canudo de folha de palma, e põe-lhe o fogo por uma banda, e como faz brasa metem esse canudo pela outra banda na boca, e sorvem-lhe o fumo para dentro até que lhe sai pelas ventas fora". Acrescenta Cascudo: "Esse tragar era o beber fumo".

Ainda em abono de sua conclusão, o culto polígrafo natalense esclarece que, no idioma tupi, fumar era u-pitima, o que "permitiria a versão beber fumo por o U ser também o verbo "beber" (id. 178).

Trazendo a curiosa expressão até - pelo menos - o século XIX, refere Câmara Cascudo esta quadri-nha popular, que se pode ler no Folklore Pernambucano" de Pereira da Costa (Rio, 1908, pág. 613):

"Sinh'Aninha bebe fumo
No seu cachimbo de prata,
Cada fumaça que bota
É um suspiro que me mata"

Mas, voltado ao nosso donatário: se é verdade que ele "bebia fumo" e a isso estava de tal forma habituado que, sem ele "não (tinha) vida" - como o confessa a Duarte da Costa - talvez utilizasse o fumo como "mezinha" que - segundo era corrente naquela época - "sarava os homens (...) de muitas doenças".

As duas fontes antigas, referidas por Mestre Cascudo, testificam expressamente que o beber fumo era frequente entre os índios, os mamelucos e . . . os portugueses. O que quer dizer: o hábito era generalizado no Brasil colônia.

O fato de beder fumo ou seja - de fumar ou tragar, não cremos que deveria (ou deverá) reduzir um nada sequer a estatura moral do nosso primeiro donatário. Isso é que convém repetir. Isso é que devemos todos repetir, repetir, repetir, fazendo côro com vários estudiosos dos fastos capixabas, todos visando à definitiva reabilitação de Vasco Fernandes Coutinho, cujos sacrifícios sem conta, cuja dedicação sem limite, cujo amor sem reservas à terra capixaba, ao seu "vilão farto", merecem lembrados sempre, reiterados sempre, como uma das mais belas e expressivas lições da nossa História.

Subsídios para a História de Nova Almeida

Guilherme Santos Neves

Nova Almeida é uma das localidades excepcionais no Espírito Santo, dado o expressivo número de documentos que o tempo felizmente não conseguiu destruir. Nesse ponto rivaliza com São Mateus que também pôde preservar alguns dados seculares de sua história.

Enquanto em outras cidades e municípios o descaso ignorante das autoridades ensejou a perda total ou quase total do seu documentário histórico, Nova Almeida pôde manter intactas peças valiosas que servem para a reconstituição do seu passado.

Basta que se aponte, por exemplo, o "Livro Tombo da Vila de Nova Almeida" que, graças à diligente iniciativa do historiador Mário Freire, foi editado pelo Governo em 1945 (Imprensa Oficial do Estado), depois de copiados os documentos originais (ou as suas cópias) então existentes no Arquivo Público Estadual.

Como conseguiram chegar até nossos dias esses preciosos documentos, alguns deles velhos de duzentos anos?

Há uma notícia interessante que talvez possa responder a essa indagação. Está ela no Caderno de anotações manuscritas de D. Pedro Maria de La-

cerda, Bispo do Rio de Janeiro, que por Nova Almeida andou em 1860 em visita episcopal. É o que se pode ter no seguinte tópico dos apontamentos que o Bispo visitante lançou em seu diário a 19 de agosto daquele ano, na antiga "Freguesia dos Santos Reis Magos da Vila Nova de Almeida": "Neste dia recebi do Padre Casella por empréstimo um pequeno folheto sobre Nova Almeida, escrito pelo Mercier, tio do Comendador supradito. Com muita pena li no prólogo que um doido, prêso, apanhando-se na sala, rasgou em pedacinhos alguns livros dos mais antigos da Câmara". Mas acrescenta logo: "Felizmente o (...) Mercier, quando Presidente da Câmara (como vai ser o sobrinho, há pouco eleito) havia tomado notas e ainda existe um livro para o qual copiaram o mais necessário".

O "comendador supradito" a que se refere D. Pedro Maria, era (segundo consta noutro tópico do mesmo Caderno de notas) o Comendador Eduardo de Mello Coutinho Mercier, boticário português, naturalizado brasileiro. Deve-se ao tio dêsse Comendador Mercier a sorte de ter-se salvado "o mais necessário" daqueles "livros dos mais antigos da Câmara".

Não seriam êsses registros os mesmos que se contêm no chamado "Livro Tombo da Vila de Nova Almeida"? Os historiadores que o investiguem.

Mas, há outras notas interessantes no Caderno diário de D. Pedro Maria, a respeito de Nova Almeida. Por exemplo: os apontamentos do dia 18 de setembro do mesmo ano de 1860, onde se fala nas **Tipografias** que lá havia outrora: "A aldeia dos Reis Magos hoje Vila Nova de Almeida por si

só é uma perentória demonstração de quanto os Jesuítas foram superiores aos nossos homens de hoje que não são capaz, façam o que fizerem, de elevar Almeida à altura do que já foi, quer em população, quer em fartura, quer em trabalho, quer em progresso qualquer ”.

Segue-se a anotação, citando o Relatório manuscrito de outro Bispo, D Jose Caetano, que anteriormente (1812) havia visitado a localidade: “... no Colégio desta Aldeia (...) ainda hoje existem alguns livros, que eu vi, manuscritos e impressos aí mesmo, de Castigos, de História, de Doutrinas etc. e um Catecismo de 400 páginas em 12.” E prossegue: “E pergunto: quantas tipografias havia então na Bahia e Rio de Janeiro e no restante do Brasil ? Se prelo prova cultura, civilização e progresso, temos que os Jesuítas derem tudo isso a Almeida, sem que os modernos civilizados possam dar-lhe outro tanto! ”

Outros muitos e preciosos informes (inclusive os que se relacionam com as velhas tradições populares da vila e redondezas) podem ser colhidos nos Cadernos (são três, parece-me) do ilustre Bispo D. Pedro Maria de Lacerda - documentário de evidente valor histórico, existente nos arquivos da nossa Cúria Metropolitana - e que deveriam ser publicados para conhecimento dos que ainda se interessam pela História do Espírito Santo.

TRÊS PEQUENOS ESTUDOS

1 - A Justiça contra Guilhermina Lubke

Renato José Costa Pacheco

O processo criminal que a Justiça Pública, na então cidade de Porto de Cachoeiro, hoje Santa Leopoldina, Espírito Santo, moveu contra Guilhermina Lubke, a partir de 2 de outubro de 1889, atualmente arquivado, cuidadosamente, no Cartório do Segundo Ofício da Comarca, (1) é documento de nossa história literária de real valor para os estudiosos das letras pátrias, especialmente para os alunos dos cursos de letras das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, pois que, em sua fase instrutória, funcionou o jovem Juiz Municipal José Pereira da Graça Aranha, que doze anos mais tarde, nele se baseou para escrever a história central do **Canaã**.

Neste artigo vamos analisar o processo, peça por peça, a participação de Graça Aranha na trama, cotejando, sempre que possível, o documento histórico com a obra literária.

Guilhermina Lubke - a Maria Perutz do romance - criada da casa de Frederico Kuster, no Distrito de Jequitibã, na madrugada de 3 de agosto de 1889, deu à luz, sem qualquer assistência, uma criança do sexo masculino. Jamais se poderá saber se a criança nasceu viva ou morta, diante da fraqueza das provas existentes nos autos Graça Aranha dá-la co-

mo nascida viva, e morta pelos porcos, na clássica sequência do capítulo nono (pp. 232 e seguintes do 11.ª edição revista, Rio, 1959, da qual serão as citações do livro, que se seguirem).

Hitta Kuster, filha do patrão, de dezesseis anos, indo "procurar um ninho de pato, encontrou junto a um chiqueiro o cadáver de uma criança recém nascida, sobre umas pedras, e deixando no mesmo estado em que tinha visto, correu e foi dar parte a sua mãe", Henriqueta, de cinquenta e quatro anos de idade natural da Prússia a qual, imediatamente, chamou a mulher de Rodolfo Sturr, Carlos Nink e sua mulher, provavelmente vizinhos.

Carlos Nink, escolhido para tirar o cadáver que estava entre as pedras, "notou que êle tinha no pescoço uns rolos de Ramas de capoeira" e "depositou-o dentro de um caixão", cobrindo-o, consoante depoimento de sua esposa Augusta, prussiana de quarenta e nove anos de idade, com umas pedras, para não ser o cadáver estragado pelos animais".

Tendo assistido ao fato, Rodolfo Sturr foi comunicá-lo ao sub-delegado Luiz Manoel de Passos Ferreira, o qual nomeou logo peritos, nas pessoas de João Pereira da Conceição, residente no Recreio, e de Guilherme Hasenack, pastor luterano de Jequitibá, sendo testemunhas Ernesto Berger e o denunciante. As nove horas da noite do mesmo três de agosto, procedeu-se à pericia tendo o laudo assinalado haverem os peritos encontrado o cadáver de uma criança recém-nascida, a trinta passadas de distância da casa de Kuster, cujo cadáver estava dentro de um caixão, e nas proximidades de um chiqueiro de porcos, era de cor branca, do sexo masculino e estava com uma corda atada ao pescoço, e a cabeça esmagada" concluindo

do os legistas leigos que a morte se dera "por violência, com estrangulamento com uso de corda".

A indigitada mãe da criança, ouvida, ainda na fase policial, declarou ser criada, natural da Alemanha (mais tarde diria ter vinte e três anos de idade) e informou que "botou um cipó no pescoço da criança a fim de participar à mulher Kuster" e que "não enterrou o cadáver a boas horas porque tinha temer aos donos da casa".

A sete seguinte, o inquerito policial concluído, foi remetido ao Juiz Municipal em Vitória, Martins Rodrigues, o qual, a 19 do mesmo mês de agosto, deu vista dos autos ao Promotor da Comarca, Manoel Pedro Villaboim, que formulou sua denúncia no dia 2 de outubro subsequente, data em que o mesmo Juiz determinou se fizesse o sumário de culpa.

O processo daí para frente dormiu o sono dos cartórios, como que esperando que Graça Aranha entrasse em cena, até 18 de agosto de 1890, data em que os autos lhe foram conclusos. Daí para a frente a ação correu célere. O promotor Antonio Buarque dos Reis Lima pediu a "máxima brevidade" na inquirição das testemunhas. Seria a pressão dos colonos, chefiados pelo comerciante Roberto Schultz (p. 235 e seguintes).

A 26 de agosto foi qualificada e denunciada, que esclareu mais ser analfabeta, natural da Pomerânia e filha de João Lubke. Na mesma data foram ouvidas as testemunhas Ernesto Berger, Rodolfo Stuhr e no dia seguinte Ida (Hitta) Kuster, sua mãe Henriqueta, Carlos Nink e sua mulher augusta, Frederico Kuster - o patrão da acusada - e Carlos Tesch. Pedro Alexandrino Mascarenhas foi nomeado, pelo Juiz

Municipal Graça Aranha, curador da acusada, que, tendo como intérprete um cidadão que se assinava apenas Victor Hugo, foi interrogada a 16 de setembro subsequente. Nesta peça processual declara Guilhaermina que seu filho **"nasceu morto, não se lembrando das circunstâncias em que se deu o parto por causa das muitas dores que lhe sobrevieram"**. Não está aí a mão do mestre, traduzindo para o português a pobreza vocabular pomerânia?

O curador nomeado, em sete laudas manuscritas, em letra miúda, de forma algo romântica, porém convincente, examinando a prova concluiu por haver nascido morto o filho de sua curatelada. Diz Mascarenhas: "Levada pelas repetidas provas, de amor juramentos de amizade e melifluas palavras de um ardil rapaz" (que digo eu de passagem não aparece nos autos)" foi nossa curatelada vítima lançada na prostituição, desgraça esta muito comum ao frágil sexo a que pertence. Tudo para ela era já acabado pois achava-se em vésperas de ser mãe, e o fruto de seu ilícito amor não tinha a quem chamar pai" (sic). E reportando-se ao infortúnio, pudor, feia sorte, acabrunhamento e quejandas levanta a hipótese, bem plausível, face à negativa das testemunhas, que o esmagamento do crâneo fosse casualmente feito pela pedra que sobre o caixão pôs a testemunha Carlos Nink".

A despeito disto, em 19 de setembro de 1890, Graça Aranha a pronunciou, em despacho lacônico, não fundamentado, como que, novo Pilatos, lhe desagradasse mandar a Juri uma inocente. Seu recurso, **ex-officio**, teve provimento negado pelo Juiz de Direito, Domingos Marcondes de Andrade, em despacho do seguinte dia 24. E, logo a 25, foi a ré submetida a Juri, que se não realizou em virtude de impedimen-

tos vários dos jurados.

O processo que estivera parado por mais de um ano, assim, em um mês e seis dias, numa época em que não havia estradas, e de difícil preparo, por causa da barreira linguística, viu seu término, o que nos leva a repetir a suposição de que forte era o movimento dos colonos para que a mãe solteira fôsse punida.

Graça Aranha toma as medidas burocráticas para o novo Juri e lavra seu derradeiro despacho nos autos em 24 de novembro de 1890, última data também em sua firma se encontra em autos da Comarca de Santa Leopoldina, então Cidade do Porto de Cachoeiro, o mais florescente núcleo urbano de base colonial do Espírito Santo, à época. Ficou em sua retina, ficou em seu pensamento, a figura da jovem Guilhermina que a sua imaginação fértil transformaria na imortal Maria Perutz do Canaã.

O Juri só se reuniria a 10 de dezembro seguinte, absolvendo a ré, por seis votos, tendo, em 17 de fevereiro de 1891, o Juiz de Direito apelado da decisão para o Superior Tribunal da Relação, no Distrito Federal. Este, seguindo parecer longo, e versado em medicina legal, do procurador interino S. Navarro, de 20 de maio 1891, manteve a absolvição, firmando o V. Acórdão, em 30 de junho do mesmo ano, Pindahiba de Mattos, presidente, Espinola, Souza Martins, Magalhães, Rodrigues e Ribeiro de Andrada.

No entanto, só a 28 de março de 1892 o novo Luiz da Comarca, por coincidência o mesmo Promotor que a crer no depoimento de Paulo Maciel (Graça Aranha, no livro) fizera carga contra a denunciada, Antonio Buarque dos Reis Lima, determinou se

oficiasse ao Secretário da Justiça e Segurança Pública da Capital, onde se encontrava presa Guilhermina, para que a pusesse imediatamente em liberdade. Isto, depois de quase três anos de prisão.

Nenhuma notícia conseguimos, daí para frente, no que concerne ao destino de Guilhermina Lubke. Acreditamos, pelas informações dos antigos, não tenha ela voltado à Colônia de Jequitibá, onde fôra tão infeliz. As investigações tem de prosseguir em Vitória.

Restaria a José Pereira da Graça Aranha um desabafo, pela boca do Juiz Municipal Paulo Maciel: "É sempre assim entre nós: não há um processo em que se possa fazer justiça. Digo-lhe eu, que sou juiz. Que exprimem as minhas setenças sobre a verdade dos fatos? Nada... Não pense que não desejaria reagir. Mas é inútil; quando recebe uns autos, há neles tal tecido de mentiras que tenho de capitular. É de desesperar, não é? (p. 257).

Autêntica racionalização, verdadeira penitência daquele que diante da fraqueza da prova, mas pressionado pelo grupo em que julgava, "capitulou" pronunciando Guilhermina Lubke, a Maria, descrita no **Canaã** com cores de carinho e do amor.

(1) - Veja-se informação ao final do artigo "**Um erro judiciário**".

2) Um êrro Judiciário

Anchieta, a Benevente do começo do século era próspero porto de mar, cidade e cabeça de Comarca, servindo a uma grande área interiorana que abrange o atual município de Alfredo Chaves, então em plena fase de produção cafeeira, e para o qual se construiu estrada de ferro cuja história está a merecer o exame dos especialistas.

Nos primeiros anos do século, a grande firma de Anchieta era Pedro José & Cia., mantendo importante armazém de mantimentos, sal e açúcar do norte, cachaça de Campos, vinhos da Europa, farinha de trigo, e, comprador de café em grande escala. No setor das fazendas e armazéns, destacava-se a Casa da Barateza, de João Jorge & Cia.. A Casa Branca, à rua 15 de novembro, de Joaquim Loureiro era varejista de molhados e mantimentos. Hermes Rangel & Cia. possuíam fábrica de sabão. Manoel Roberto de Moraes era barbeiro que anunciava o cabelo a quinhentos réis, a barba a quatrocentos réis e uma fricção a trezentos réis. Manoel Tavares era açougueiro e, às quintas feiras fornecia carne verde a seiscentos réis o quilo.

Neste progressista porto do mar é que iria desenrolar-se um êrro judiciária de que vamos dar breve notícia.

No relato que se segue, vamos resumir a notícia de **A opinião**, órgão dos interesses sociais,

que se editou na cidade de Benevente, tendo como redator F. A. de Carvalho Lima Júnior, advogado provisionado famoso no sul do Estado. Reporto-me ao número 27 do primeiro ano, que saiu à luz em 25 de julho de 1909.

O articulista, que funcionara na acusação aos pretensos réus, como que se penitencia de seu erro e descreve uma causa célebre, assassinato de Pedro Bertholi, uma mulher conivente com seus parentes para assassinar o marido.

Na noite de 17 para 18 de abril de 1901, o italiano Pedro Bertholi, casado há três ou quatro meses com Isabela Ferreira, desapareceu. Em abril do ano seguinte "anônimos" reclamam ao Delegado Augusto Sousa a apurações dos fatos, que permanece sem inquérito até dezembro de 1906, ocasião em que, em virtude de uma briga entre parentes, iniciou-se processo criminal, sendo promotor o Dr. Cândido Borges. Em fevereiro de 1907, carros alegóricos, no animado carnaval da época, relatam o misterioso desaparecimento. E, finalmente feito o inquérito, formada a culpa, Isabela Ferreira Bertholi foi pronunciada, com seis cúmplices. O Dr. José Horácio Costa defende quatro dos denunciados, e o Major Guido Van Dörlinger os demais.

No Júri de Benevente, em 30 de abril de 1907, Ovidio Ferreira de Sousa e Rafael dos Santos foram condenados a 24 anos de reclusão. Porém, em 16 de junho seguinte Elias Mondini informou haver visto Pedro Bertholi em Cachoeiro de Itapemirim, estabelecido à rua Moreira 61. Imediatamente o Dr. José Horácio pede seu depoimento em Juízo, e já no dia 19 chega à cidade, o "assassinado" encerrando-se assim o rumoroso caso.

Assunto de tanta repercussão, teria que ficar no folclore da região, por muitos e muitos anos. E, eventualmente, chamar a atenção de eruditos. De nossa parte, temos conhecimento do interessante **conto**. Erro Judiciário do escritor Lourival Serrão, publicado em o n.º 1, de dezembro de 1964, da **Revista** da Academia Cachoeirense de Letras.

O conto, a par da apresentação literária, inicia-se, com a volta à cidade, de Pedro Bertholi, e descreve bem o impacto emocional que sofreu a cidade. Depois relata a acusação e os fatos a ela relacionados. A mim, neto materno de Zeaci, causa-me satisfação o seu relato ninguém acreditara em Isabela, exceto seu advogado que "lutara como um guerreiro medieval".

A "estória tem um grande e feliz final, regado a vinho Chianti, com o reencontro do casal, e é documento valioso para compreensão do processo estético de aproveitamento literário de fatos reais.

Quando de nossa última e ligeira passagem por Anchieta, em companhia de ilustres Juizes Waldir Vitral e Hilton Silly, e do distinto promotor Dr. José Venâncio, chegou a nosso conhecimento que o célebre processo estava desaparecido. Anteriormente ilustre beletrista, numa viagem agradável Vitória-Santa Teresa já me informara que obtivera o processo, por empréstimo, objetivando fazer um estudo sobre seus interessantes e inusitados passos.

Seria interessante que tal processo fôsse recuperado desta feita para formar, junto ao mui Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo, um museu criminal, de processos de valor histórico, entre os quais, segundo me informou, em janeiro de 1966, a Tabe-

liã Inah Duarte Medici, já lá está o celeberrimo processo de Guilhermina Lubke, que deu origem à história central do Canaã. Tarefa válida, a que a Faculdade de Direito, ora dirigida por espírito de Tanto descortínio quanto Mestre Eurípides, poderia associar-se, inclusive para microfilmagem de tais processos.

Não se dispõe o Instituto Histórico e Geográfico de verbas próprias para pesquisas. Há tarefas imensas em nosso Estado nos dois campos de estudo. A notícia que damos visa avivar o interêsse de nossas autoridades judiciárias para o exame de nossa história forense, não deixando, ao menos, que se perca tão precioso acêrvo.



THOMAZ DUTTON J.º, um inglês no Esp. Santo

Renato Pacheco

Já tratamos do assunto, em um obscuro jornal de três números, "Correio Trabalhista" se me não engano, e depois na *Torta Capixaba*, das Edições Ancora. Faz parte, mesmo, como capítulo, de uma série de estudos meus sobre o branco não português, em solo capixaba, e sua desadaptação ao trópico. Dêle já publicamos a parte sobre alemães (Revista Sociologia, de São Paulo, vol. XXVI, número 2, pp. 183 a 203) e em edição mimeografada pelo Centro Regional de Educação de Base de Colatina, para o curso de Supervisoras de 1962, o pré-texto sobre poloneses.

Primeiros dados sobre Thomaz Dutton J.º, um empreendedor britânico, em terras capixabas.

Tínhamos, em nossas notas, a informação de que Dutton, responsável pela vida de inúmeras famílias inglesas para o Espírito Santo, no terceiro quartel do século XIX, nascera em 1822, em Londres. Morou muitos anos na Corte Brasileira. Consoante a descrição do Diário de D. Pedro Maria de Lacerda, em 26 de abril de 1886, "nesta sala apareceu-me o velho inglês Thomaz Dutton, de aspecto sisudo e simpático e muito cotês. Disse ser conhecido e amigo do ótimo católico finado Diogo Andrew, meu amigo, que ele mesmo classificou ser um santo, e amigo do finado Sr. Noris, católico fervoroso de Niteroi, antigo re-

lojoeiro da Côte e amigo do Dr. Guilherme M..., Presidente da Legião da Coroa, para dar esmolas ao Papa. Entretanto, pelo que ouvi dizer ele é protestante. É o dono do trapiche onde desembarcamos. Disse ele ter algumas sesmarias de terras que comprou aí e onde tem colonos ingleses, que, infelizmente são protestantes. Fala bem o português, embora com a acentuação inglesa" (Diário manuscrito. Quando será impressa tão precioso documento histórico?)

Deve ter chegado a Piuma, Espírito Santo, em 1872, tendo voltado à Inglaterra para aliciar colonos. Nos dez anos seguintes ele e a colônia floresceram, tendo Piuma, adquirido o cognome da Pequena Londres e a aldeia, sede da colônia de Monte Belo, o de Manchester.

A partir de 1891 vendeu terras, e iniciou-se sua ruína, culminando com a perda das sesmarias hipotecada à família Beiriz. A última venda que faz em 1904, totaliza 73 vendas, em 13 anos, registradas dos livros 6 ao 13 do Cartório de Iconha, consoante verificação pessoal que fiz, a saber: 1891: 14 vendas; 1892: três. 1893: 15 vendas. 1894: 4. 1895: 19 vendas. 1896: 11 vendas. 1897: 3 vendas. 1898: 1 vendas. 1899: 2 vendas e finalmente em 1904 uma venda. Informa-me seu contemporâneo Eliseu Nunes Xavier, de Piuma, que a última coisa que o Dutton vendeu foi um relógio de ouro e que morrera, louco, aos 84 anos, em 4 de dezembro de 1906.

Os elementos do Sr. Heitor Beiriz

Transcrevo a seguir, devidamente autorizado, os elementos colhidos pelo cuidadoso colecionador de efemérides ligadas à vida de sua cidade, Sr. Beiriz, de Iconha, relacionados mais diretamente com Thomaz

Dutton Jº:

1862 - 2 títulos de sesmarias em Piuma - Iconha, de Henrique Ernesto Midosi e João Batista Rodacanachi, passam a pertencer a Thomaz Dutton Jº., com o título geral de Mineiros, inclusive a primitiva Fazenda Monte Belo.

1872 - Thomaz Dutton Jº., ainda residente na Córte, compra, por seu bastante procurador Frederico Tater, propriedades em Piuma, e por decreto n. 5. 029 de 31 de julho dêste ano, obteve concessão para explorar ferro magnético às margens do Rio Piuma,

1877 - Medição judicial das posses garantidas Bom Destino, Salto Grande e Pinguela, pertencentes a Dutton.

1885 - Na ata de instalação da capela de Iconha consta: " O cidadão inglês Thomaz Dutton Júnior de sua espontânea vontade deu um sino para a capelinha."

1890 a 1894 - Dutton começa a hipotecar seu bens.

1892 - Antes da primeira eleição municipal, em 17 de setembro, Thomaz Dutton Júnior dá autorização a Plácido Pio Viana para imprimir, na Tipografia de Iconha, o jornal ECHO DA LAVOURA, juntamente com Carlos Homem, Aureliano José Vieira Nunes e Gomes Portela. No mesmo ano, nas eleições municipais de 27 de novembro, primeiras que se realizavam, Dutton obteve, para Governador Municipal em Iconha, 10 votos e em Piuma 55 votos, não tendo todavia, por motivos desconhecidos participado da vida pública municipal desde então.

As primeiras famílias que vieram com Dutton

Pelos registros cartorários dos fins do século XIX, verificamos a existência de 15 pessoas inglesas que compravam e vendiam propriedades, sendo portanto de situação econômica mais elevada. Estas pertenciam a sete famílias principais: Rody, Midosi, Dutton, Taylor, Thompson, Hombre e Cenes.

Não só no eixo Piuma-Monte Belo, ligado outrora por estrada em que passavam carruagens com as' jovens Teclina, Alice e Cecília, filhas de Dutton (Alice virou até topônimo local) mas em todo o Estado, conhecemos descendentes desses desbravadores, que a malária e os índios expulsaram da terra capixaba. " Piuma já floresceu, diz o citado Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, mas decaiu e ainda está decadente, como se vê em casas velhas e arruinadas, É um pequeno arraial com esperanças de reerguer-se: fica entre o rio e mar, ou na ponta da Barra do Rio Piuma. Já teve gasômetro e gás: mas hoje nada disso mais. Vi o gasômetro estragado " (Em 1963, escavações locais ainda encontravam os canos de cobre, que conduziam o gás).

O óbito de DUTTON

Por gentileza do Sr. Arnildo Xavier Nunes, Oficial do Registro Civil de Piuma, verificamos que no livro 1, fls. 54, termo 172, de seu cartório é o de Dutton, Vasco Fernandes Coutinho do século XIX: "aos quatro dias do mês de dezembro de mil novecentos e seis, nesta vila de Piuma, na sede do 2º. Distrito do mesmo nome, Comarca de Benevente, do Estado do Espírito Santo, em meu cartório, compareceu o Sr. João Henrique Thailom que exibiu atestado de óbito

passado pelo Subdelegado de Polícia José Ferreira da Silva Sobrinho, que dizia ter falecido de morte natural Thomaz Dutton Junior, inglês de oitenta e quatro anos de idade, residente nesta vila, de que dou fé. Eu Antonio de Araujo Fazer, Oficial de Registro Civil, o escrevi e assino. Testemunhas: João Henrique Taylor e Antonio da Silveira Avila".

Um apêlo

Meus registros demonstram a existência hoje, em Piuma de Guilherme Thompson, Ana Clara Thompson Taylor, Joasélia Taylor, Oenes Taylor, Oscar Taylor, Adalberto Taylor e Londolfo Taylor. A estes, e a outros prováveis descendentes de ingleses no Espírito Santo, faço um apêlo no sentido de que me comuniquem outros dados (inclusive existência de fotografias) que possam completar as ligeiras e desataviadas notas. Ao Jovem Eneas Thompson, aluno da Faculdade de Filosofia "MADRE GERTRUDES" de Cachoeiro de Itapemirim um apêlo mais amplo ainda no sentido de que pesquise o assunto, inclusive em relação à origem dos colonos, e, sua assimilação em território nacional, como uma contribuição pessoal de homenagem a seus dignos antepassados.

DOCUMENTÁRIO

Professor Ceciliano (1)

Editorial de A GAZETA de 3. 7. 1964

Com a morte de Ceciliano Abel de Almeida, o Espírito Santo e, em particular, Vitória, perdem uma de suas figuras mais impressionantes. Era, autenticamente, um cidadão útil. Fêz da mesa de professor um altar generoso, diante da qual, com a religiosidade de ministro, inculcou nos jovens de várias gerações os ensinamentos e os conhecimentos técnicos da ciência matemática.

Fêz da profissãc - uma engenharia cultivada a seu jeito - uma alavanca com a qual soergueu o próprio futuro do Espírito Santo integrando-se numa obra que, hoje, é a maior afirmativa econômica do presente: a Cia. Vale do Rio Doce.

Fêz do idealismo, que nele nunca envelheceu, uma constante da própria razão de viver. E, então, é o historiador permanentemente voltado para um sério trabalho de pesquisa, escrevendo, tão somente, aquilo que se coadunasse estritamente com a verdade e aquilo que, em sua essência, tivesse um vinco de utilidade. Era o homem de letras, apegado ao cultivo de nossas tradições que êle sempre procurou atualizar, menos do que um culto ao passado e mais para um exemplo ao presente.

Era o administrador formado na escola em que se mesclavam uma sabedoria grega e um dinamismo romano: administrava cerebralmente, sem jamais ter perdido a oportunidade de atribuir um sentido de humanização a tudo quanto fizesse.

Era um político forjado na velha escola de nossa política, em que as disputas partidárias, para ele, tinham mais o sentido cavalheiresco de um jogo de esgrima do que a abertura de uma arena para os embates furiosos. De seu equilíbrio, de sua ponderação e de sua análise nasciam quase sempre os roteiros para as atitudes partidárias.

Aos 86 anos de idade, Ceciliano Abel de Almeida, na indecisão física de sua velhice, tinha a firmeza que só os homens maduros sabem ter e tinha aquela vitalidade sentimental que os jovens nunca deixaram de ter.

Era, acima de tudo, um homem de sentimentos, um homem que sabia amar e amava sobremodo. Amava tudo: a cidade da qual ele foi o primeiro Prefeito, as ruas cujo traçado sempre lhe foram a preocupação, o cais do Pôrto que ele sonhava cada vez maior, os edifícios que ele contemplava num quase envaidecimento. Os jovens para que ele tinha predileção especial. Sua casa - vivenda de poesia, flôres e natureza - plantada no borborinho de uma cidade - que se mecaniza, era a imagem perfeita de sua própria alma: apegada, pura nas suas linhas, colorida, exuberando vida, inspirando admiração.

Ceciliano Abel de Almeida era desses homens que nem os inimigos esquecem. Vitória sempre lhe deveu muito, mas agora lhe há de dever um débito que

jamais se paga: a dívida eterna de uma lembrança: e
nós falamos em nome de Vitória.

- (1) Nas páginas que se seguem presta a Revista do IHGES homenagem ao grande capixaba, Engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, documentando o que de mais significativo se tem publicado sobre sua vida e obra. O insigne Mestre, falecido aos 86 anos, em junho de 1965, foi um dos mais ilustres e devotados membros da Casa do Espírito Santo.

Ceciliano

Beneventino

Completoou ontem 86 anos o Prof. Ceciliano Abel de Almeida. Os amigos, como nos anos anteriores, invadiram-lhe a casa. Foram levar ao velho Mestre a expressão de sua simpatia e de seu afeto. Disse velho Mestre mas disse mal, Ceciliano Almeida nunca foi um velho. E nem nunca o será. Há nêle uma provisão tal de juventude que jamais será um velho em qualquer sentido em que tome o têrmo.

Não o é no porte aos 86 anos conserva a mesma verticalidade, o mesmo desempenho dos 22. Não o é nas idéias porque nunca sbestimou o "nosso tempo" para exaltar o "seu tempo". Sabe perfeitamente que os homens sempre foram os mesmos em tôdas as épocas e latitudes. Sabe que em todos os tempos o joio floresceu entre o trigo. Não o é, tampouco, nos sentimentos porque continua a querer bem aos moços e a amar as cousas boas da vida.

Os seus 86 Novembros ainda não lhe afetaram o físico. E nem o espírito. Onde estará o sêgrêdo dessa perenidade? Dêsse dia sem tarde? Não é difícil responder. Quem lhe conhece a personalidade, quem lhe acompanhou a longa vida pública sabe que ela reside nessa linha de equilibrio da qual nunca se afastou. Equilibrio no pensar. Equilibrio no dizer. Equilibrio no atuar. Pode-se dizer que escolheu a linha reta para norma de conduta.

Linha reta esta que se prolonga entre o dever e a bondade. A começar pela escolha da profissão. Ceciliano não podia deixar de ser engenheiro. Madrugou

no seu espírito essa tendência para as cousas certas e exatas. Dai o gosto pela Matemática, pela Geometria pela linha reta. A sua primeira tese de concurso, naquele distante 1918, trazia este título: "Medida da reta, da circunferência e do círculo."

Essa linha reta tem sido a sua constante, mesmo nas curvas dos caminhos. Viu e sentiu, o grande Mestre, desde cedo, que a linha reta é a única que leva ao equilíbrio e resguarda o bom nome. Já Pende afirmava que a beleza era o equilíbrio da forma; a saúde, o equilíbrio das funções e a cultura o equilíbrio do saber. Em Ceciliano a vitória de sua longa vida está nessa linha de equilíbrio com que vê, sente e trata as cousas e os homens.

Se eu precisasse fazer aqui a sua biografia o faria com três palavras; diria apenas: Ceciliano - homem de bem. Não tem sido, em verdade, outra coisa, em toda a sua polimórfica atividade de homem público. Quando no Espírito Santo se precisa de um homem de bem, bate-se à sua porta. Foi o que fez Jerônimo Monteiro ao lhe entregar a Prefeitura da Capital, no início de seu governo. Foi o que fez Otávio Lemgruber ao lhe confiar a Secretaria da Agricultura do Estado. Foi o que fizeram os seus colegas oferecendo-lhe a direção da Vitória a Minas. E é o que fazem ainda hoje os seus discípulos, os seus admiradores, os seus amigos.

Estive ontem entre os que lhe foram levar o abraço afetuosos de felicidade. Não se homenageava, ali, o octogenário. Não se admirava ali o espírito-santense ilustre nem o professor insigne de tantas gerações de capixabas. Mas 86 anos de dignidade!

(Transcrito de A Gazeta, edição de 26. 11. 1964).

Ceciliano Abel de Almeida

Beresford Martins Moreira

Depois da experiência com o sepultamento de José Sette procuro não ir mais a entêrrô de amigo. A cerimônia, em que há, de mistura, muito de sinceridade e de hipocrisia, e digamos de maneira talvez rude demais - presenças para u,a "média" perante os parentes, amigos e correligionários do falecido afeta-me profundamente por dias e dias seguidos. É uma cerimônia, brutal, chocante - que já devia ter sido alterada. Arraza os parentes, conturba os amigos - faz mal ver a tampa do caixão descer sôbre o rosto querido, o lento cortejo dentro da palpação da vida das ruas, sob a luz fulgurante do céu, a bôca hiante do sepulcro, húmido, viscoso, sombria, a descida rascante do ataúde sacudido por mãos indiferentes, o rumor quebradiço, abafado das pás de terra sôbre o caixão, a volta, apressada de alguns, hesitantes, lenta de outros, dos acompanhantes. O gesto de jogar flores poderia diminuir a brutalidade da cerimônia - mas a queda das flores não causa rumor ...

Senti-me sem condições para ir ao sepultamento de Ceciliano. Teria de ver o seu rosto. Teria de ver, ao titan, na postura da inércia, da inutilidade. Não lhe veria mais no rosto - de traços limpos como era limpa a sua alma - aquêlê seu riso, meio crispado, porque hesitante, sempre, entre a ternura

e a timidez. Nem ouveria mais aquela voz amiga, vencedora na luta permanente com o defeito da formação, a dizer cousas sempre nobres, sempre altas mesmo nos momentos de cólera. E no cérebro, mais - no meu coração dar-se-ia a "montagem" indesejável; sôbre a lembrança do titan ou a ela aderida absurdamente a impressão dos momentos finais, da sombra sôbre a luz, da inércia sôbre a vida, da mortalha consuntível e consutil sôbre o esplendor de uma inteligência e de um caráter inconsutéis e inconsutíveis.

Preferi ficar à distância, no adeus sem gesto aparente, exterior, só da alma, dominada por um pranto interminável, sufocada na garganta, fundida na lágrima que a mão máscula esmaga, apaga, devolve ao interior do ser ...

(Ceciliano, meu professor, meu amigo, meu irmão mais velho na romaria do sonho, na peregrinação dos sonhadores, onde você esteja neste momento, procura sentir a minha comoção, e recebe a flor da ternura dolorida que nasce nas profundezas do meu ser!)

Com Ceciliano desaparece uma época - em que pontificaram, como professores, homens extraordinários Thiers Vellozo, Adolfo de Oliveira e alguns poucos outros. Eram êles professores no sentido da palavra: não ministravam aulas tão sômente, orientavam, educavam, davam-se, por inteiro, ao magistério - sacerdócio. Os que tiveram a glória e a oportunidade de passar por êles, como alunos, transformaram-se. Receberam na alma um jato de luz

inapagável, o sal da vida a semente de mostarda para a ascensão dos ásperos caminhos da existência. Foram galvanizados para sempre. Vivos ou mortos - êsses professores continuaram mestres. A eles, nos momentos difíceis, nos voltamos, como o viajante perdido procura no céu a estrela guia - ou no horizonte o rumor das águas. Professores do caráter - plasmaram no cerno do espírito almas de escol, ou que, pelo menos, se sentiram na obrigação de honrar a circunstância de terem sido alunos dêles.

Ceciliano, todavia, não foi só o mestre inolvidável - (a que muitas vezes chegamos, na cegueira da juventude propensa ao ócio e à posse dionisiaca da vida, a odiar, a malquerer por aquilo que julgávamos ser rigor excessivo, abuso da condição do professor, quando a conduta do mestre não tinha outro propósito que não o de formar, na fornalha acesa das exigências constantes, ao malhar no ferro em brasa, o cidadão do futuro para uma pátria tão carente de valores humanos!), - foi, também, um dos integradores do território capixaba. A epopéia do desbracamento, para os trilhos da "Vitória-Minas" foi a maior que um engenheiro, um sábio viveu das lindes da Serra dos Aimorés ao mar. Hoje quando o minério corre para o mar, sob o côro de apitos prolongados como um gemido de dor - poucos se recordam dêle. Poucos sabem mesmo que foi êle, o homem de trato suave mas austero, modesto e sábio, quem ligou pontos longínquos de nosso território - e levou à civilização as hordas selvagens de então.

(Ceciliano, você se recorda daquela inextinguível salva de palmas quando do lançamento do seu "Desbravamento da Selva do Rio Doce" na livraria Âncora e do final de minha apresentação do livro: - "Ceciliano depois de lancar, no chão, os trilhos do progresso material, arrojou, no espaço, nas suas aulas imensas de sabedoria, para os moços, os trilhos do progresso cultural" - Engenheiro de vias de comunicação e de almas."

Tôdo o Espírito Santo estava ali - no momento - abrindo para você par a par, com vibração, carinho e admiração as portas da história:

Porque Deus não dá eternidade a homens assim ?

Professor Ceciliano

Cira Vieira da Cunha

Foi em 1932 que conheci Ceciliano Abel de Almeida. Já era ele um mestre admirado pelos alunos e respeitado pelos colegas. Dava aulas no Ginásio do Espírito Santo. E nessa casa ingressava eu, vindo do interior para lecionar Filosofia, por indicação do dr. João Manoel de Carvalho. Os acontecimentos políticos de 1930, com a vitória da Revolução, teriam sido motivo para que nos distanciássemos um do outro, não fôssem a sua superioridade e a minha humildade que, de logo, nos aproximaram em compreensiva camaradagem. Mais pr'a diante, no Colégio Americano, seria Ceciliano professor de meu filho, cujos trabalhos escolares eu acompanhava com natural interesse e dedicada atenção. E pude sentir o valor do grande mestre. Engenheiro, ensinando matemática, sabia descer até onde podiam subir os rapazes, numa dosagem precisa dos conhecimentos a serem transmitidos. Ao dar notas, tinha a preocupação de ser integralmente justo. Por isso, era, muitas vezes, levado a reprovações. Mas, quando isso ocorria, ainda aí os que ficavam para segunda época, correndo o risco de uma repetição de ano, só sabiam elogiá-lo, pois reconheciam que a nota não podia ser outra senão a escolhida pelo professor. Porque nunca fugira a êsses princípios de ensinar com amor e exigir com rigor, pôde Ceciliano Abel de Almeida conquistar a simpatia dos moços que, em várias ocasiões, cuidavam em homenageá-lo, convidando-o para paraninfo. Foi assim com a turma à qual pertencia meu filho que, ainda hoje, assistente

jurídico do DASP e Diretor da Escola de Administração do Serviço Público, sempre se recorda, com saudade, das lições e dos exemplos que recebeu do austero professor de matemática do Colégio em que aprimorou a inteligência e modelou o caráter. Vi Ceciliano Abel de Almeida, pela última vez, quando fui levado a Vitória para receber o título de sócio honorário da AMES, láurea a mim concedida pela infinita generosidade de meus nobres colegas capixabas. Procurou-me o Mestre no hotel para me oferecer um exemplar do magnífico livro que acabara de publicar na Coleção de Documentos Brasileiros da Editôra José Olímpio. Foi longa a nossa conversa, tanto bem me fazia ouvir aqueles que, em palavras mansas, deixava sentir sua cultura e sua independência, com as quais sempre soubera dignificar sua classe e honrar sua época. Dêsse último encontro guardo a mais doce recordação. Bem quisera poder repeti-lo, em uma das minhas costumeiras visitas à Ilha dos meus encantos. Não será mais possível, porém. Já lá se foi o velho amigo, levado pela morte. Só me resta, agora, chorar-lhe a ausência, marcando a minha amargura com estas linhas escritas às pressas, entre a elaboração de memorial e a redação de uma carta, no duro cumprimento de meu humilde ofício. Aqui ficam elas. E logo mais, como em prece à memória de que soube ser grande pelo espírito e pelo coração, irei reler um dos capítulos do grande livro que ele nos deixou. Será, então, como se ainda o tivesse ao meu lado, repartindo os instantes daquela manhã, numa das salas de um dos hotéis de Vitória. Recordar não é apenas uma forma de viver. É, também, uma forma de reverenciar. E essa permanente reverência de mim há de merecer a memória do Mestre que se foi para nunca mais voltar. Pelos muitos conselhos que lhe fiquei a dever. E pelos valiosos conhecimentos que a meu filho ele transmitiu. Muito obrigado, Ceciliano Abel de Almeida.

ÊLE

Nelson Abel de Almeida

Hoje, vocês, alguns de seus netos e seus bisnetos ainda são pequeninos, ainda nem engatinham, e alguns outros ainda não têm entendimento para saber quem foi êle, quem foi aquele homem que vocês estão vendo, porque vocês vão ver, naquele retrato.

E vocês estão olhando para êle, estão vendo que êle está com a fisionomia serena, irradiando bondade, irradiando compreensão, irradiando serenidade. E estão perguntando a seus pais. Quem foi êle?

A resposta não será difícil. Êle nasceu lá no norte do Estado, em São Mateus. Seus pais, não esqueçam e orgulhem-se disso, eram lavradores. Vejam bem lavradores; e não fazendeiros. E por isso mesmo muito lutaram pela vida; muito trabalharam de sol a sol.

Êle, menino pobre, também lutou muito. Para chegar a ser engenheiro ensinava, era revisor em jornais e trabalhava, madrugada a dentro, na velha Rio de Janeiro.

Diplomado pela Escola Politécnica, com o grau de engenheiro-civil, foi ser diarista da Estrada de Ferro Central do Brasil, ganhando sete mil reis. Seria o início de uma vida de trabalhos, pelo bem do Brasil e pelo bem do Espírito Santo.

Vocês saberão mais. Vocês saberão que, de 1908 a 1912, o Espírito Santo foi governado por Jerônimo Monteiro e ele foi o seu Diretor de Obras Públicas e, um dia, o primeiro Prefeito de Vitória.

Nesse tempo Vitória, essa cidade nervosa e movimentada que vocês estão vendo hoje, era um burgo velho, inabitável, sem jardins, sem água encanada, sem luz, sem esgotos, sem calçamento, enfim sem nada.

Ele e Jerônimo Monteiro empreenderam a tarefa herculea de dar, a Vitória, uma outra fisionomia. E o conseguiram.

Não pensem vocês, os seus netos e bisnetos, que ele ficou só aqui. Não. Ele levou o seu entusiasmo, a sua fé, o seu trabalho a outros cantos do Brasil.

O ramal da Central do Brasil, de Itacurussã a Angra dos Reis, recebeu a marca do seu trabalho. E no Rio Grande do Norte ele andou em Ceará Mirim, em Mossoró, em São José do Mipibú, em Macau, trabalhando na construção de uma estrada de ferro.

Aqui, no Espírito Santo, ele foi um desbravador, foi um autêntico bandeirante, ao lado de Pedro Nolasco, quando da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, também Estrada de Ferro Diamantina, o "caminho serviço" ou o "caminho de cabrito", como dizia aquele grande engenheiro patricio.

E para que vocês vejam o que ele fez deixem, por um pouco, os seus naturais devaneios da juventude, sentem-se na varanda da casa onde ele viveu mais de meio século, onde brincaram, sonharam e cresceram os seus filhos e onde foram

felizes êle e ela, sentem-se, repito, na varanda da casa onde se casaram três de suas filhas, onde brincaram e discutiram, infantilmente, os seus netos e bisneto e vocês também, e onde êle e ela fecharam os olhos para sempre, e abram um livro - O Desbravamento das Selvas do Rio Doce e leiam-no, e deliciem-se, e admirem-se e pasmem do que êle fez, de como viveu êle, de quanto contribuiu êle para a grande siderurgica nacional, para o futuro do Brasil e do Espírito Santo.

Mas saibam que quando êle publicou este livro, autntêica obra prima da literatura nacional, já era um homem de oitenta anos; saibam que foi escrevendo esse livro, que êle encontrou um lenitivo para a viuvês que o assaltou depois de quarenta e seis anos de uma vida conjugal plenamente feliz. Saibam vocês de tudo isso pois só assim, vocês poderão avaliar quem êle foi, o quanto trabalhou, o quanto êle exemplificou.

E saibam também, que, com o movimento de Outubro de 1930, êle se recolheu à vida do lar, continuando, entretanto, na tarefa que tanto lhe agradava de ensinar Matemática, até que, com a deposição do Chefe do Governo, em 1945, êle foi chamado, por um magistrado do quilate de Otávio Lengruber, para ocupar a Secretaria da Agricultura. Era, praticamente, como êle dizia, a figura que destoava porque não era magistrado.

E não esqueçam - para descansar Deus teve de chama-lo e de surpêsa. Que se não fosse assim, êle, com a sua bondade, seria capaz de obter de Nosso Senhor um adiamento para a grande viagem, embora não deixasse de dizer que, a qualquer momento estava pronto para ela.

Também vocês saberão da sua fidelidade às

velhas amizades e do seu entusiasmo pelo progresso universal. E terão notícia do denôdo, e da dedicação, com que defendeu o seu querido Espírito Santo, nas questões de limites com Minas Gerais e Bahia, sempre que foi encarregado da chefia da Comissão.

Tudo isso vocês saberão, vocês ouvirão falar dêle porque, dêle, os amigos de seus pais, os colegas de seus primos mais velhos, irão falar, a vocês, como professor, que êle o foi em toda a sua vida, inclusive no instante de sua partida para a viagem final.

Sim, vocês, os seus netos e bisnetos, que não o conheceram, não esqueçam - êle nos ensinou a viver e, ao morrer, ainda nos deu uma grande lição, um grande ensinamento, porque morreu, como êle pedia ao Senhor, de pé, trabalhando.

Sim, aos oitenta e seis anos e meio, êle ainda saia de casa para ir, à Companhia Telefônica do Espírito Santo, cumprir com o seu dever de diretor presidente.

Tudo isso, e muitas outras cousas, vocês ouvirão falar dêle. E saberão que, há oito anos passados, quando Carlos Lindenberg, o amigo certo das horas incertas, lembrará o seu nome como candidato, à uma vaga, no Senado Federal, pelo seu Partido, êle, delicadamente, declinou da indicação "porque não lhe parecia justo abusar da bondade de Nosso Senhor, visto como já estava chegando para os oitenta anos".

Enfim, tudo isso, e muito mais ainda, vocês irão saber dêle que, por mais de sessenta anos, serviu à sua Pátria, ao seu Estado e ao seu povo.

E, então, vocês, como outros, irão sentir que herança extraordinária êle deixou para todos nós.

Varão Ilustre

Jair Etienne Dessaune

Ceciliano Abel de Almeida foi um varão ilustre, na mais perfeita acensão do termo. Na sua vida se destaca a ocupação de cargos públicos e atividades de importância que já assinalaram outros que escreveram sobre sua personalidade, mas a nós quer nos parecer que o traço mais fundo da vida desse notável espírito-santense, foi aquele que ele deixou na sua vida de professor. Fui seu aluno nos anos de 1917 e 1918 no então Ginásio Espírito-santense. Naquele tempo pontificavam ali, mestres de incontestável capacidade e sabedoria, e não se contavam entre eles mestres desidiosos, quer seja no dever no dar aulas, quer seja no dever de comparecer, quer seja no dever de estudar para, ensinar com segurança e vantagem para os alunos. Dentre os mestres daquele tempo, vale lembrar Padre Elias Tomasi, que era mestre de Latim; Adolfo Fernandes de Oliveira que lecionava Francês e inglês; Aristeu Borges de Aguiar, professor de História; Jonas Montereiro mestre de Português. Todos brilhavam pela dedicação ao ensino e pela sabedoria, mas Ceciliano de Almeida sobressaía a todos, porque, sendo o mais severo não era menos estimado, eis que era querido e respeitado, apontado como exemplo. Severo, severíssimo mas delicado e dedicado ao extremo. Aluno reprovado em primeira época era convidado a passar as férias inteiras indo diariamente à sua casa, aquela mesma casa onde ele

veio a morrer, no horário da manhã ou da noite, para assistir às aulas que êle as ministrava aos ditos reprovados, gratuitamente, para que êles pudessem fazer os exames de segunda época. Não havia pagamento por essas aulas extraordinárias, nas férias, pois o aluno não as pagava, nem o govêrno o fazia. E assim, Ceciliano foi mestre durante quase 50 anos ou mais. Inflexível e bom, sorridente e amavel, êle não dava notas por amizade ao pai do aluno, não dava notas por beleza feminina, não dava notas por estimar o discipulo, não dava nota de favor. Ensinou aos seus alunos uma conduta viril e catoniana na severidade de vida que sempre cultivou. Foi a maior dádiva que êle deu ao Espírito Santo, porque essas gerações que com êle aprenderam ficaram marcadas com o sinete de sua vida austera e modesta, sem orgulhos e sem vaidades. Êle não ensinou apenas matemáticas em sua cathedra que tanto honrou. Ensinou aos seus discipulos, e nós nos honramos de ter sido um dêles, a ser varões, virís, honestos, sóbrios, modestos, e pobres de pecunia terrena. Amou a sua terra que é nossa, e trabalhou pelo seu engrandecimento como poucos trabalharam. As gerações que tiveram em Ceciliano Abel de Almeida um mestre, deverão lembrar aos porvindouros a sua figura impoluta, como um exemplo de varão illustre que poucos conhecerão no futuro.

Desbravamento das selvas do Rio Doce (1)

Carlton Hotel, Cannes, 21 de agosto de 1959

Dr. Ceciliano Abel de Almeida

Tive o prazer de receber aqui nesta praia do sul da França onde passo o mês de férias o Desbravamento das Selvas do Rio Doce que li com proveito e encanto, proveito pelas informações numerosas, encanto pela narrativa.

Que heroísmo o seu e o de seus companheiros naquele avançar contra o mundo fechado e deserto povoado entretanto de múltiplos tenebrosos perigos! Quão ardua tem sido a obra dos pioneiros criadores do Brasil, homens de ciência como o senhor cheios de humanidade e de poesia na alma !

Como proveito que tirei da leitura quero me referir ainda ao vocabulário, nome de bichos, de plantas e de coisas que me levam a pôr o seu livro entre os de que precisarei sempre. Relativamente a encanto também proveitoso encontrado no O Desbravamento algumas cenas, bosquejos e diálogos típicos poderia citar. Destaco apenas uma - admirável na sua simplicidade e apresentada com arte - isto é, na sua concretude, sem explanações, cena na qual tanto se reflete da vida natural do país em desbravação. " Saboreávamos o café ... quando uma jovem bonita e morena se apoiou no portal da sala e ciciou: Meu pai, o tordilho agora

acertou em cobrir a alazã não se baldou". Adorável! Romancistas europeus gastaram páginas contando história semelhante. O senhor fez como os gravadores: a imagem arrancada em relevo, simples: da lisura da matéria.

Espero que o endereço Victoria seja bastante para que esta lhe atinja as mãos que aperta com real apreço.

Gilberto Amado

* * *

Da secção "Livros" do CORREIO DO POVO de Pôrto Alegre (28.8.59):

Apasionante documento do Brasil contemporâneo e, ao mesmo tempo, um hino ao heroísmo de tantos lutadores obscuros, "Desbravamento das Selvas do Rio Doce", com seus quatro capítulos - "Reminiscências", "Rio Doce", "Bugres" e "A Estrada de Ferro Vitória a Minas" - confirma amplamente a afirmação do mestre Câmara Cascudo quando escreve, no prefácio: "Vereis que Ceciliano Abel de Almeida fixa, neste livro, muita History para a documentação psicológica, e muita Story para o conhecimento da natureza humana que o cercava, humana e animal, tôda a paisagem dos homens e das coisas, haloada de ternura, compreensão e enternecimento".

* * *

De M. Cavalcanti Proença, "Um Pioneiro", CORREIO DA MANHÃ, ed. de 19. 9 1959

"... O engenheiro Ceciliano descreve o misto de epopéia e de romance de aventuras que foi a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Simples como costumam ser os capazes, êle narra nessas memórias o que foi a dura experiência de um jovem engenheiro sonhador e idealista, desejoso de afirmação profissional e de personalidade, pagando-se das vitórias, apenas com a mesma vitória. Anos decorridos, a natureza da região, o revestimento florístico, a fauna, o clima ainda lhe estão presentes na retentiva, tanto lhe marcaram a sensibilidade de moço. E sobre o que viu, escreve agradável, simples, num estilo só enfeitado pela autenticidade e pelo interesse do assunto em si mesmo." (...) "Dirão que é sem propósito querer descobrir, num livro, a bondade e a pureza do coração do autor. Mas, neste caso, a bondade extravasa no volume, influi no estilo, impregna o assunto, não há descoberta, porque ela vem a tona em cada página. O mundo e a vida levaram a canoa do engenheiro Ceciliano para outras plagas, mas, em tôdas as águas, decerto êle há de sentir as águas do Rio Doce; em todas as plantas o verde daquelas florestas e descampados: em tôdas as casas, um pouco daquela terceira Residência, casa de taipa, onde, caprichosamente, diariava os serviços, sem poupar-se, com alegria, cochilando, alta noite, sobre cadernos, plantas e perfis".

* * *

De Al Right (Adelson de Magalhães), "Rio Doce", CORREIO DA MANHÃ, edição de 24 - 9 - 1959 :

" Livro bom e agradabilíssimo, êsse que José Olympio acaba de editar - " O desbravamento das selvas do rio Doce" - de autoria do velho en-

genheiro Ceciliano Abel de Almeida" (...) "O livro tem páginas de profunda ternura e poesia a valer, para quem gosta das coisas simples e belas do interior dêste país, pelo menos naqueles tempos heróicos". (...) "Recomendo com a maior sinceridade a leitura de "O desbravamento da selva do rio Doce"

- certo de que presto não só uma homenagem aos setenta e três anos de Ceciliano Abel de Almeida, muito bem chamado de plantador de trilhos em plena floresta brasileira, mas do mesmo passo contribuo para que os leitores se inteirem plenamente do que é, de fato, a região maravilhosa banhada por esse rio lendário, cuja importância na economia nacional cada dia se torna maior".

* * *

De Franklin de salles - FOLHA DE MINAS, B. Horizonte, ed. de 23.9.1959

"Editado pela Livraria José Olympio, "O Desbravamento das Selvas do Rio Doce" faz parte da Coleção "Documentos Brasileiros", dirigida por Otávio Tarquínio de Sousa, o que representa notável credencial para o livro. Não se trata propriamente de um livro de memórias, dando ao termo o sentido de uma auto biografia, mas é uma inestimável contribuição para o conhecimento perfeito da região por onde passou Ceciliano plantando trilhos e contribuindo poderosamente para o povoamento de uma grande área até então deserta e, por isso mesmo, inaproveitada".

* * *

Da Secção "No mundo dos Livros" de O DIÁRIO, de Belo Horizonte ed. de 5.9.1959.

Caderno de reminiscências de um técnico e de um pioneiro, não é esse livro, no entanto, apenas o frio depoimento de um engenheiro, ericado daquela terminologia difícil dos especialistas. É muito mais do que isso, é um depoimento pessoal rico em detalhes humanos e pitorescos, em descrições da natureza exuberante do Rio Doce, em fixação de hábitos e costumes pouco divulgados das populações sertanejas do Espírito Santo, de lendas que o homem das cidades praticamente desconhece.

"Mas ao lado desse aspecto memorialístico, deve-se recordar que a obra de Ceciliano Almeida também traz preciosa contribuição de natureza literária, revelada na linguagem às vezes clássica do Autor, em quase todo o livro, e outras enriquecida em muitos passos pelo ineditismo de um vocabulário cujas raízes estão no próprio viver dos ferroviários, em cujo meio labutou o Autor os melhores anos de sua mocidade. Capaz de ser amplamente entendido e estimado no seu autêntico valor humano e documental. O Desbravamento das Selvas do Rio Doce, de Ceciliano de Almeida, é um desses livros que, escritos para homens e não para máquinas, testemunham a verdadeira grandeza de que se reveste o trabalho fecundo quando animado pelo espírito e por um nobre ideal".

O Livro do Rio Doce

Christiano Ferreira Fraga

Integrando a Coleção "Documentos Brasileiros", dirigida por Octavio Tarquinio de Souza, e com prefácio de Câmara Cascudo, foi lançado pela Editora José Olympio, o livro do Dr. Ceciliano Abel de Almeida, O DESBRAVAMENTO DAS SELVAS DO RIO DOCE (Rio, 1959).

É mais uma das prestimosas publicações com que o eminente engenheiro e escritor espírito-santense tem contribuído para engrandecer a cultura científica e literária de nosso país.

Em vez de utilizar a linguagem tecnológica, que lhe é tão familiar, da etnografia ao discorrer sobre o nosso gentio, da geografia e da história, dizendo sobre o Rio Doce, ou da engenharia especializada ao considerar as etapas da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, - preferiu o Dr. Ceciliano a narrativa simples e até coloquial, em que domina magistralmente.

Quantidade de fatos do maior interesse, sociológicos, econômicos, etnográficos, geológicos, históricos, biológicos, técnicos, perdem a secura expositiva, insinuados no correr da narração desprestenciosa, mas transbordante de preciosas informações. Nem falta a contribuição de coloridas expressões populares pintando a inteireza do vernáculo.

Depois de algumas páginas de reminiscências da infância e da formação profissional, sucedem-se os capítulos de história e geografia do Rio Doce, e em seguida os capítulos sobre os Bugres e sobre a penetração da via férrea Vitória a Minas.

Todo este acervo de estudos e dados repondo porém entre mil peripécias e aventuras: - ora por invios terrenos e florestas; ora descendo e subindo o Rio Doce e seus afluentes, muitas vezes revoltos e perigosos nas grandes cheias; ora em acampamentos ou em pousadas hospitaleiras; ora através das duras jornadas de trabalho vencidas serenamente.

Muitos aspectos da paisagem estonteante são fixados com felicidade, em rápidos traços nesta ou naquela passagem:

"Aquém e além dêsse intervalo, arvoredos altos, apumados, gigantescos, vitoriosos em seu heliotropismo, foram, com as lianas, cipós e arbustos, em emaranhamento indevassável, intransponível. Nessa floresta exuberante desenvolvida em solo aluvial, coberto por espessa camada de humo, há um admirável contraste entre o verde de tonalidades múltiplas e as flôres das cássias, das trepadeiras, das orquídeas, das bromeliáceas ou das fôlhas de belíssimas matizes como as das sapucaieiras ou das primaveras." (p. 35). E diz muito bem o autor:

"Recolhemos quadros, cenas e panoramas, que jamais se apresentarão porque o meio se transformou." (p. 7).

Do relato de minudências, mesmo em torno dos mais triviais acontecimentos, brotam seguras observações de nossas riquezas naturais, flora, fauna, mineiras, possibilidades econômicas, problemas de alimen-

tação, endemias (malária, úlcera tropical, opilação), ou lendas, rezas, crendices, cantigas e outras manifestações do folclore, ou da grandeza de nossas florestas e da rede fluvial, hoje ameaçadas de quase completa extinção.

As lutas contra os Crenques prolongadas até 1910, procurando sempre trazê-los à civilização e sofrendo-lhes pacientemente os ataques perigosos e imprevisíveis, - formam aqui fortes episódios enriquecidos de muitos dados para esse capítulo histórico.

Embora muito jovem, recém-graduado, o Dr. Ceciliano já se encontrava como engenheiro da Central do Brasil. Com espanto dos colegas, deixou a sua situação no Rio de Janeiro para embrenhar-se na mata espírito-santense como engenheiro da Companhia Vitória a Minas. Essa empresa de escassos recursos nunca teria levado a termo o seu traçado sem o concurso desse grupo de abnegados especialistas.

Dêles houve que pelo ideal profissional se devotaram, até a completa perda da saúde e até a morte, em que culminavam por vezes as lutas e sacrifícios a que se atiravam diariamente cheios de alegria e serenidade.

A seu lado, as centenas de trabalhadores anônimos, muitos também inutilizados ou mortos, entre mil acidentes inevitáveis ou vítimas da malária e de outras endemias a que nenhuma resistência podiam opor seus organismos maltratados e mal alimentados. Só o exemplo de dedicação e sacrifício de seus chefes era capaz de reanimar e tornar produtivos esses batalhões de fantasmas.

A magríssima assistência possível era-lhes dada fraternalmente. Eis aí, entre outros, esse operário que perdeu a mão e deu-se-lhe o lugar de vigia do almoxarifado. Não havia ainda as leis trabalhistas, mas ali era firme a solidariedade humana.

Recorrendo a narrativa, tão variada na fixação de lances, paisagens, dramas e burlescos, é difícil noticiar toda a complexidade da vida deste livro, que temos quase sem pausa, com crescente curiosidade e interesse.

Com toda a singeleza da narrativa, o vocabulário é numeroso e vivo. E de muitos e bons termos e expressões invulgares, o leitor logo apreende o sentido, tal é a propriedade com que estão empregados. Eis aqui por exemplo alguns dos que marcamos no correr da leitura:

abaçanado, abacinar-se, abarruntar, abunhar, achavascar, acobilhar, acostar-se, afrascar, alacaiar, alentecer, alvissarar, amistar-se, aniilar-se, araçari (plano), araxá (planalto), arrijar, assistir (morar), atitar, a vau de orelha,

beiradear, bezoar, bichanar, boatejar, bruxa (mariposa),

caboroca, cacaio de teréns, caçar (procurar), cacloar, catadupejar, chanura, chofrar, cigarrar, colubrejar,

descingir, desincar, desmaninhar, despicar-se, diarizar,

embricado, embridar-se, enfrouxecer, enocar, enchombradas, ensanguinhar, entrepensar, entrezilhar, esconsidade, esfoliada, esguardar, esmarrir, estrelar (salientar-se), estribilhar, estrinçar, exculpar-se,

fiuza, foicear, fraldejar, frolar, frontear, inviperrar, jaibara, japira, jaribara, juruaçu,

languento, machadar, mentir (faltar), monotonizar, movido (atrofiado), mupicar, mururu, nordestear, obdurar, oceolado,

pardo ou pardejar (o sol) paratear, pedras coradas, peguinhar-se, pelear, pernear, pervagar, petear, petume, pirar, pitanguá, placitado, por amor de (não longe do popular "pro mode"), porangos, porongos ou porrões, positivo (mensageiro), potocar, praticar (conversar),

quejeme, quiriri, renitir, remuneios, rentear, repiquete, rima (ruma),

safar (tirar), seroar, serrazinar, sobestiveram, solais,

tapuru, taralhar, terrantêsa, tranar, tremembês.

Pelo livro fora muitos casos e referências merecem especiais sublinhas que não cabem nesta simples notícia.

O estouro da "barriguda" por exemplo, presenciado e referido pelo autor. Esta árvore alta, xerófila da família das Bombacáceas, mais encontrada nas caatingas secas do Nordeste, é chamada na Sistemática ora **Cavanillesia arborea**, ora **Portectia tuberculata**, ora **Hevea spruceana**. No tronco enormemente bojudo armazena a água necessária para resistir às prolongadas secas. Sua presença em terrenos e pedregosos do Espírito Santo não tem sido mencionada pelos botânicos.

Outro caso impressionante é o da jetatura de Dona Maria Pais Leme. Haverá mesmo magnetismo, como queria Mesmer, e magnetismo involuntariamente maléfico como o dos portadores de mau olhar?

Muitos outros fatos de interêsse geral surpreendem-nos a cada página, pois em tórno da narrativa do engenheiro palpita a vida de todos os recantos atravessados, que elle vai pincelando carinhosamente.

E assim, o Dr. Ceciliano Abel de Almeida vem ensinar como é que conversando, cavaqueando, se consegue também compôr um grande livro.

Um Centenário

Nelson Abel de Almeida

Viu o Espírito Santo, e viu esta cidade de Vitória, passar, no dia 22 do mês de setembro deste ano de 1966, o primeiro centenário de nascimento de Dom Fernando de Souza Monteiro, segundo bispo da veneranda diocese do Espírito Santo.

Neste dia, na Catedral Metropolitana, a solene missa pontifical, celebrada pelo Arcebispo Dom João Batista da Mota e Albuquerque e pelos eminentes Bispos Dom Luiz Gonzaga Peluzzo, Dom Luiz G. Fernandes, Auxiliar da Arquidiocese, Dom João Cavati, pelo Padre Cabral, diretor do Colégio Salesiano, e mais autoridades eclesásticas, marcou o início das comemorações.

À noite, no auditório do tradicional Colégio do Carmo, sessão cívica solene promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pela Academia Espírito Santense de Letras, pela Cúria Metropolitana e pelo mesmo Colégio.

Ouviu-se, com agrado e simpatia, a alentada e magnífica conferência que sobre a vida do inesquecível bispo capichaba, proferiu a renomada professora e historiadora Maria Stella de Novaes.

Com autoridade, com sabedoria, a ilustre conferencista soube, com exatidão e justeza, situar a figura de Dom Fernando em seu tempo, acentuando o quanto foi marcante e profícuo o trabalho desempenhado por ele, em uma diocese pobre de recursos,

pobre de meios de comunicação e de transportes e que a despeito de tudo, êle, Dom Fernando, palmilhou, em lombo de burro ou a pé, de norte a sul e de leste a oeste, em visitas pastorais que produziram sazonados frutos e deixaram, para a posteridade, observações e roteiros de valia.

As comemorações dêste centenário me fizeram recuar no tempo e no espaço; as comemorações dêste centenário reavivaram recordações e reconduziram-me ao tempo de minha infância.

Sinto que, embora os anos já tenham cavado o seu sulco, parece-me que foi ontem a noite em que, na companhia de meu pai, vez por outra lá ia eu acompanhá-lo na costumeira visita ao pastor carinhoso, cheio de cuidados por aquêles que o procuravam.

Também, aos meus olhos, surgiu, em tôda a sua respeitabilidade, a casa da rua do Bispo que, na cidade do Rio de Janeiro, era a residência do Senador Bernardino Monteiro.

Em um dia, de um dos meses do ano de mil novecentos e dezesseis, ainda em companhia de meu pai, fui ao venerando solar Bernardino Monteiro para uma visita.

Na casa todos estavam compungidos, todos falavam baixo, todos caminhavam medrosamente, todos se olhavam tristonhamente.

Dom Fernando, em um quarto, tinha os seus dias, ou as suas horas contadas. Já marcara a sua entrevista com o Creador. Estava, dizia-se, desenganchado pelos médicos. Aguardava-se, para qualquer instante, o desenlace.

É como se, agora, eu estivesse vendo a sala de visitas, a sala de jantar da residência Bernardino Monteiro. E também o quarto onde caminhava para a eternidade, o virtuoso bispo que, em seu leito de dor e com o organismo batido da moléstia pertinaz, parecia mais alto, mais esguio.

E cinquenta anos se passaram de todos esses fatos. O Espírito Santo cresceu. Cresceu materialmente. Mas cresceu, sobretudo, espiritualmente graças aos pioneiros de antanho, graças aquêles nossos primeiros bispos - Dom João Batista Corrêia Nery e Dom Fernando de Souza Monteiro - que, com audácia e destemor e confiança no Altíssimo, não mediram sacrifícios, não desanimaram ante os obstáculos imprevisíveis que lhes surgiam por diante, como se quisessem impedir a sacrosanta tarefa de evangelizar a terra capichaba.

Dom Fernando, aqui, na capitania que lhe serviu de berço, plantou a semente boa, que foi semeada em terra fértil.

Nêste ano, do primeiro centenário de seu nascimento, as nossas mais variadas recordações nos falam dêle.

O velho Carmo nos leva à rememoração. E o velho Carmo, com a sua tradicional missa das oito horas, nos conduz à Monsenhor Pimenta, com as suas práticas sempre adequadas e sempre oportunas. E o velho Palácio do Bispado nos lembra a figura esguia, mas respeitável, de Dom Fernando.

Parece que êle, a qualquer momento, vai chegar à janela ou sair à porta do antigo bispado.

Cinquenta anos se passaram. A meninice vai ficando mais longe. O fim vai chegando mais perto. E é bom recordar tudo isso...

Cinquentenário da Casa do Espírito Santo

Instituto Histórico e Geográfico

Cinquentenário de Fundação

Placidino Passos

Assinala o dia 12 de junho do ano em curso o cinquentenário da fundação do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.

Uma plêiade de estudiosos da geografia e da história da terra capichaba, de literatos e educadores, de cultos e eminentes membros da alta administração do Estado, foram idealizadores e promotores da criação de tão importante grêmio de elevada e útil finalidade cultural e científica. Data de 12 de junho de 1916 e a ata da instalação registra o nome desses vultos fundadores da instituição.

Em vibrante discurso, pronunciado na data da solene inauguração, disse o Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, um dos fundadores da agremiação e um dos seus dignos e operosos presidentes: - "Hoje quase todos os Estados possuem o seu Grêmio Histórico. No Espírito Santo há uma lacuna. É a que nós, meus senhores, nos lembramos de convidar-vos

a preencher, fundando uma associação que nos traga dados para conhecermos porque devemos amar o Brasil... uma associação que nos faça robustecer a consciência do motivo por que devemos ter o culto a este glorioso Estado onde as glórias passadas parece que se entrelaçam com a grandeza presente e fornecem elementos para confiarmos no mais ridente porvir. Sim, porque não é tão incolor, como se supõe, a história do Espírito Santo".

Iniciadas as suas atividades congregavam-se os seus associados para examinarem, discutirem e firmarem as bases do principal objetivo da novél instituição qual o de preservar a exata situação geográfica do Estado, defendendo as nossas fronteiras, distinguindo as nossas magnificências; difundindo a nossa verdadeira história - "Não é tão incolor a história do Espírito Santo" - mantendo as nossas tradições, cultuando as nossas reliquias, realçando o triunfo dos nossos heróis; ser, enfim, a guarda zelosa das coisas reais da terra de Domingos Martins e Maria Ortiz, conservando o patrimônio material, moral social e intelectual do rincão.

Tomou-se por bem marcar o dia 12 de junho para a fundação do Instituto pelo motivo de relembrar o martiriológico do ínclito espírito-santense Domingos José Martins - o seu arcabuzamento no Campo da Pólvora, em Salvador, Estado da Bahia - pagando com a vida o sagrado ideal de Liberdade, como chefe intimatorato do movimento revolucionário de 1817, em Pernambuco, combatendo com heroísmo e devotado amor pátrio o então inadmissível domínio português. É ele o Patrono da Casa.

Congraçando-se com as congêneres do país vem a cultural e científica agremiação mantendo ininterruptas e amistosas relações.

A sua vida tem sido mais dedicada ao insigne vulto seu patrono que anualmente é relembrado em condignas comemorações cívicas.

Igualmente não tem se descurado de comemorar datas registradas no calendário histórico do Brasil e do Estado.

Congressos de geografia e história se realizaram com real proveito e sessões culturais contribuíram vantajosamente para manter a existência da valiosa associação.

Valorosos intelectuais da terra capixaba, principalmente literatos e professores de história e geografia, bem como inteligentes autoridades ilustres chefes da administração estadual, não poderiam deixar inexistente no Estado uma instituição qual o Instituto Histórico e Geográfico - A CASA DO ESP. SANTO protetora do vilão farto da sua real constituição, dos seus sagrados princípios instituidores da sua criação desde Capitania e de tudo o que lhe é peculiar - as coisas, enfim, que o consagram como terra culta, heróica, dadivosa e bendita.

Foi, portanto, um notável e marcante acontecimento a fundação do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO, cujo cinquentenário de existência se celebra no presente momento. Louvores e aplausos, pois.

Transcrevo o que afirmei certa vez, em discurso no sadalício - "E vem esta agremiação, "cenáculo de nossas tradições" se desenvolvendo num surto decisivo de prosperidade dada a capacidade administrativa de suas várias diretorias, dado o interesse patriótico dos seus associados dedicando-se muitos d'elles ao seu progresso, numa constante atividade, sustentando seus magnos princípios, comprovando a sua vida de realizações".

Ilustres e dedicados presidentes imprimiram segura orientação no exercício do cargo.

Distingue-se na última administração o competente que foi Ceciliano Abel de Almeida, professor, engenheiro, historiador e literato, o qual desempenhou com proficiência o encargo, cuja marca de trabalho está aí patente e bem visível, consignando às atas as realizações.

A atual diretoria tem também como presidente um ilustre mestre, escritor e jornalista, o doutor CHRISTIANO FERREIRA FRAGA. Vem na direção se revelando, do mesmo modo, um dedicado administrador, cogitando, com atividade, de levantar a nova sede do Instituto, tendo já posto em execução combinadas providências para o bom funcionamento da associação.

Rejubilemo-nos, pois, e nos orgulhemos ao ensejo da passagem do cinquentenário da vida da CASA DO ESPÍRITO SANTO, sob a égide do glorioso martir DOMINGOS MARTINS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO foi o nome que deu à agremiação, na data da sua fundação, o Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, por proposta na ocasião, em seu nome e de todos demais membros da comissão promotora da reunião, os eminentes capixabas doutores Antônio Athayde e Archimino Mattos.

Que se continue com um franco e valioso trabalho em prol do progresso do Grêmio Histórico e, assim, se comprove o seu funcionamento, confirmando a sua necessária existência.

Homenagem, portanto, aos que contribuíram para a grandeza do Espírito Santo, concretizando um nobre ideal, com a instituição de uma sociedade de alto nível cultural-científico, e, ao mesmo tempo, rendendo tributo de patriótico respeito à magna data de 12 de junho.

A Primeira Página

Nelson Abel de Almeida

Agora, cinquenta anos bem passados, mal não há em que se recordem, ainda que de ligeiro, aquêles idealistas, aquêles pioneiros que, em um outro DOZE DE JUNHO, foram se reunir "em uma das salas do edificio do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, cedida para a fundação e a sede provisória de uma associação destinada ao estudo da história nacional e da geografia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espírito Santo ..."

E quem foram aquêles pioneiros, aquêles idealistas? E como se chamavam ou se chamam eles?

Bom é que, aqui, se alinhem os seus nomes. Os jovens, de nossos dias, terão interêsse em sabê-los; e os velhos, moços de outros tempos, sentirão enternecimento em lembrá-los.

Eles foram Antônio Francisco de Ataíde, Carlos Xavier Paes Barreto, Arquimino Martins de Matos, Marcondes Alves de Souza Junior, por si e como representante do Presidente do Estado Bernardino de Souza Monteiro, os Desembargadores Manoel dos Santos Neves, Anesio Augusto de Carvalho Serrano, Francisco de Paula Mendes Wanderley e Afonso Claudio, Artur Lourenço de Araujo

Primo, José Bernardino Alves Junior. J. J. Bernardes Sobrinho, José Espindula Batalha Ribeiro, Henrique 'O Reilly de Souza, Padre Elias Tommazi Podestá, Padre Camilo Loureiro Bento, José Sette, Professores Aristides Brazilião de Barcelos Freire, Adolfo Fernandes de Oliveira, Marcondes Alves de Souza, Francisco da Fraga Loureiro, Alonso Fernandes de Oliveira, Antônio Martins de Azevedo Pimentel, Eduardo de Andrade Silva, Arnulfo Mattos, Amancio Pinto Pereira, João Lordelo dos Santos Souza, Antônio Aunon Sierra, Luiz Jouffroy, Antônio Gomes Aguirre, Targino Neves, Adolfo Mario de Oliveira, Henrique de Novaes, Deocleciano de Oliveira, Carlos Sá, Francisco da Silva Rufino, João Manoel de Carvalho, João Bernardino Alves, Manoel Xavier Paes Barreto, Luiz Fraga, João Calmon Adnet e Artur Antunes Barbosa.

E esta primeira reunião, que marcou a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Esp. Santo, foi presidida por Antônio Francisco de Ataíde e secretariada por Artur Lourenço de Araujo Primo, teve ela os objetivos de "promover a fundação de um grêmio que se destinasse ao estudo de geografia e de história do Brasil e especialmente do Espírito Santo, e o de tratar da comemoração da gloriosa data republicana cujo centenário passará decorrido apenas mais um ano..."

Nesta primeira sessão foram considerados, como estatutos do Instituto, provisoriamente, os estatutos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, pois, só em 29 de abril de 1917 foram aprovados os primeiros estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, os quais foram alterados em 8 de outubro de 1921.

Pela lei federal 4.205, de 9 de dezembro de 1920, como também pela lei estadual 1145, de 13 de dezembro de 1917, foi a veneranda instituição considerada de utilidade pública.

Nêste ano de 1966, quando o Instituto completa o seu cinquentenário de fundação, interessante é que êsses fatos sejam rememorados, maximé quando se vê o que tem sido a sua vida, cheia de obstáculos, plena de sacrifícios e dificuldades, embora de glória e de muito trabalho profícuo.

Dos que fundaram o Instituto Histórico poucos ainda permanecem entre nós. Muitos outros, depois de vidas laboriosas e de bons serviços prestados ao Estado e à instituição, já descansam no Senhor.

De muitos dêles tive, como crador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a honra de lhes fazer os elogios realçando-lhes, ainda que palidamente, os méritos.

Aqui não é de mais que se saliente que a propecta instituição capixaba, possivelmente devido aos novos tempos, nem sempre tem merecido dos Poderes públicos as atenções devidas.

Por mim, compreendo que assim seja. Não estamos vivendo há cinquenta anos passados. E, instituição de caráter científico e cultural, não se adaptou o Instituto aos novos tempos, com a sua demagogia, com os seus rolos compressores.

Mas vai ela vivendo, vai tocando a sua vida, vai registrando a história do Espírito Santo estudando a sua geografia, perpetuando os acontecimentos para a posteridade, enquanto assim for da vontade de Deus.

E, enquanto isso vai acontecendo, é possível que muitos considerem a nós outros, os do Instituto, nada mais e nada menos, que simples mumias.

Ainda bem.

Cinquentenário do Instituto Histórico

Homenagem à memória dos Presidentes mortos

E. Queiroz da Valle

No momento em que comemoramos meio século da vida institucional, não seria possível esquecer aqueles que presidiram os destinos da Casa de Domingos Martins, aumentando-se o prestígio e o patrimônio.

Justo será que recordemos, embora, a largos traços, o perfil e a ação daqueles que já não mais existem, dos que já não podendo sentir as emoções desta hora festiva reverenciando-lhes a memória abençoada através o trabalho e a atividade com que souberam fecundar as suas existências.

O primeiro dos nossos Presidentes foi o inesquecível engenheiro e historiador Dr. Antonio Francisco de Athaide. Foi ele que com o jurista Carlos Xavier Paes Barreto e com o médico Arquimimo Martins de Matos constituiu o núcleo inicial em torno da idéia de se fundar, nesta Capital, uma instituição capaz de defender, resguardar e reviver as nossas tradições mais caras.

Estávamos em 1916. A velha cidade de Vitória começava a rejuvenecer. A sua fisionomia se alterava, Velhas residências senhoriais desapareciam para

dar lugar a palacetes modernos. Os seus velhos tempos eram sacrificados para que em seus lugares surgissem os Palácios. Foi nessa face febril de transformação, imposta pela irreverência do progresso, que aquêles homens, tocados pelo amor à tradição e ao passado, deliberam defendê-lo e resguardá-lo.

A demolição da velha Igreja São Tiago, onde estava o túmulo de Anchieta para ampliação do Palácio do Governo e a da Igreja da Misericórdia para que em seu lugar se erguesse o atual Palácio do Congresso, além de outras demolições, mostraram que, na verdade, alguma coisa teria que ser feita para salvaguardar êsse patrimônio. Dai a decisão de, naquele ano, fundarem o Instituto Histórico. Para Patrono da entidade foram buscar o nome, aureolado pelo martírio, do herói espirito-santense Domingos José Martins. E a 12 de Junho daquele ano, comemorando o sacrifício daquele brasileiro, na velha Capital bahiana, em 1817, fundaram o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em reunião havia numa das salas do Congresso Legislativo.

Dos três que formavam aquêle núcleo inicial não se sabe qual o mais entusiasta nem o mais empregado pela idéia. E começaram a trabalhar. Francisco Athayde, engenheiro e historiador, propôs para a legenda da Instituição a estrofe celebre de Saldanha Maranhão, Arquímimo Martins de Matos, médico e escritor, lembrava para simbolo da mesma, o perfil do velho Convento da Penha e Carlos Xavier Paes Barreto, jurista e tribuno, aponta para Patrono da Casa a figura varonil de Domingos José Martins, um dos Chefes da Revolução Pernambucana de 1817.

Três idéias felizes que, ainda hoje, conservamos e veneramos carinhosamente. E todos aqueles três varões ilustres passaram, com justiça, pela Presidência da Casa. Constituído legalmente o Instituto, deram a primeira Presidência a Antônio Atayde. Reeleito para o biênio 1919 - 21 sucedeu-lhe Arquimimo Matos que também reeleito para o biênio 1923 - 25 teve como sucessor Carlos Xavier Paes Barreto que, também reeleito para o biênio 1927 - 29 passou a Presidência ao Desembargador José Espindula Batalha Ribeiro que havia participado, também, de sessão solene de instalação da Casa, como seu sócio fundador.

Terminado o seu período fecundo em que procurou prosseguir na tarefa construtiva de seus eminentes antecessores, o Des. Batalha Ribeiro, em 1931, passava a Presidência a outro ilustre espírito-santense, o Desembargador Cassiano Cardoso Castelo. Animado do mesmo espírito e do mesmo devotamento, Cassiano Castelo prosseguiu, sem desfalecimento, na obra de restauração e defesa do nosso passado histórico.

Em 1933 voltava à Presidência o Dr. Francisco Atayde prossequindo na mesma rota gloriosa que havia de fazer do nosso Instituto uma sentinela viva das nossas tradições. Em 1935 o Prof. Arnulfo Matos era elevado, pelo seus méritos, à Presidência da Instituição, justo prêmio à sua preciosa colaboração. Graças à Providência Divina podemos, ainda hoje, gozar de sua prestimosa e utilíssima presença, ao lado de Carlos Xavier Paes Barreto que ainda lúcido, trabalha e não se esquece de seu velho Instituto. Findo o seu mandato retorna à Presidência Arquimimo Matos que se vê, mais uma vez, reeleito para o biênio - 1939 - 41.

Prossigue o Instituto a sua rota vitoriosa, já agora tendo a dirigir-lhe os destinos, a figura respeitável

do Des. Celso Calmon Nogueira da Gama, outro espírito tocado da mesma unção e do mesmo ideal de seus confrades. A sua Presidência distinguiu-se por uma série de medidas e atitudes em prol da Instituição.

Em 1943 é a vez do Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo. O primeiro Secretário do Instituto, aquele que lavrou a sua primeira ata, recebia, assim, uma justa consagração de seus pares. Na sua ativa Presidência o velho Instituto não sofre desfalecimento e prossegue com a mesma animação e o mesmo entusiasmo.

Findo o seu mandato, a Casa sufraga o nome de outro estudioso da nossa História, o Des. João Manoel de Carvalho, também sócio fundador, para o biênio 1945 - 47. O instituto prossegue na sua tarefa construtiva com os mesmos propósitos.

Em 1947 o Des. João Manoel passa a direção da Casa a outro velho espírito-santense, a outro amigo das nossas tradições, o notável advogado e homem de bem, Dr. Américo Ribeiro Coelho, elevado assim a Presidência pelo sufrágio unânime e consagrador de seus pares.

Findo o seu mandato sucede-lhe na Presidência um velho e consagrado Mestre de várias gerações de espírito-santense, o venerando Prof. Dr. Ceciliano Abel de Almeida, matemático e historiador. Depois de uma administração, por tantos títulos proveitosa, sucede-lhe Eurípedes Queiroz do Valle, que a bondade de seus confrades reelege para os biênios 1953-55 e 1955-57.

Em 1957 o Dr. Ceciliano Abel de Almeida volta à Presidência, para continuar no seu roteiro brilhante. Sucede-lhe o eminente polígrafo espírito-santense

Dr. Cristiano Ferreira Fraga que continua, ainda hoje, a frente dos destinos da velha Casa de Domingos Martins e que vê passar, entre as alegrias de seus confrades e admiradores, meio século de vida da benemérita Instituição.

Durante êsses cinquenta anos de existência e de trabalho fecundo, o velho Instituto pode ufanar-se de ter cumprido galhardamente a missão histórica que lhe foi reservada. O que fêz, o que realizou em benefício da História e do passado espírito-santense, di-lo a sua já hoje preciosa Revista que, desde aquêlê primeiro número, editado em 1917, pela antiga e já existente Casa "Artes Gráficas de Vitória", vem registrando toda a sua atividade funcional e administrativa.

É um repertório que se valoriza mais e mais, à medida que o tempo passa. Já agora nenhum historiador espírito-santense que pretenda conhecer e falar do nosso glorioso passado poderá prescindir de rever e consultar as suas páginas.

Nela, nos seus quase 30 volumes, se condensam, por assim dizer, meio século de História Capixaba. Muitos dêsses volumes são hoje raros mas todos êles atestam, na eloquência de suas páginas amarelecidas, que não foi em vão que aquêles três primeiros bandeirantes lançaram, naquela tarde festiva de 12 de Junho de 1916, a semente fecunda que havia de medrar e florescer nas frondes semi-seculares da bela árvore gasalhosa que hoje ostenta e que nesta data festiva tanto nos orgulha e envaidece.

Vitória - Ano do Cinquentenário do Instituto -
Maio de 66.

Cinquentenário do IHGES

Christiano Ferreira Fraga

Antes de tudo, animou-nos a aceitar a presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o propósito de obter a construção da nova sede. Pois a atual ameaça ruir e não resguarda o acervo de livros e telas, que, ao longo dos anos, em épocas chuvosas, foram danificados e destruídos, quando exigiam boa acomodação e assistência bibliotécnica.

Se não dispomos de numerário bastante, temos, no melhor ponto da cidade, terreno que se estende além do que está atualmente edificado, e assim, é possível construir por incorporação. Para isso, nos esforços para obtenção da nova sede, temos de agradecer à Assembléia Legislativa a adaptação de um artigo da lei estadual que doou ao Instituto o respectivo terreno. É igualmente ao operoso Prefeito Dr. Solon Borges e ao Corpo de Engenheiros da Prefeitura, os estudos para autorização da construção em toda a superfície do terreno.

Boa sede moderna com instalações adequadas seria ponto de maior atração estimulante da sociabilidade. Além disso, um e meio pavimento sobressalente seria alugado. O Instituto carece de verbas para desenvolvimento de suas atividades. Foram consultadas as cinco empresas construtoras então existentes, e a única que correspondeu, acabou desinteressando-se.

Além da contribuição científica dos associados, que nunca será assidua pois têm suas prementes ocupações - há necessidades de pesquisas históricas, geográficas, geológicas, de levantamento e de outras investigações, que cabem a técnicos especializados, contratados oportunamente.

Só assim o Instituto conseguirá cumprir plenamente a sua missão de centro de cultura e informação em sua especialidade.

Temos aguardado esperançosamente que todos os associados sejam pontuais em suas mensalidades, permitindo-nos ao menos a publicação regular da Revista, que tem sido a melhor demonstração de nossa vitalidade. Nestes dois últimos anos registramos o ingresso de mais um vinte novos associados, cuja colaboração será um passo considerável para o nosso desenvolvimento.

Importante atividade que temos iniciado ainda precariamente, é o contacto com as Prefeituras do interior, visando à apreciação dos arquivos municipais para salva-los do abandono e da deterioração. E daqui vai o apêlo aos nossos atuais Prefeitos para que defendam cada vez com mais solicitude a preciosa antiguidade de seus arquivos, fontes indispensáveis de consulta. Torna-se imprescindível o seu levantamento e catalogação em todos os municípios.

Em nosso intercâmbio cultural com centros brasileiros e estrangeiros, sentimo-nos humilhados diante das publicações que recebemos e que mal podemos retribuir com algum número de nossa tão espaçada e modesta revista.

E esse crônico desinteresse pela cultura... Se conseguirmos trazer até aqui alguma notabilidade de

renome nacional ou internacional, nunca podemos contar com a numerosa e interessada assistência esperável. Assim, em outubro de 62, a vinda do Prof. Curt Lange, o maior musicólogo da atualidade universal, conquanto anunciara pela imprensa, não despertou o merecido interesse. Deu aqui duas magnificas conferências da mais alta significação para o valor da cultura artística brasileira:

"A organização musical no período colonial brasileiro" e "Transcendência universal da música religiosa em Minas Gerais". Ambas enriquecidas de gravações selecionadas, mostravam a superioridade dessa cultura, ombreando com as mais altas da Europa. Tudo resultado da perseverante investigação de Curt Lange, conseguindo até então salvar apenas uma milésima parte daquela produção. Os poucos que comparecem ficaram envergonhados e profundamente decepcionados com a indiferença do nosso público.

O mesmo aconteceu com o Prof. Dieter Woll, da Universidade de Bonn, por ocasião da sua conferência "As idéias de Schopenhauer e de Nitzsche no Canaã de Graça Aranha", assistida apenas por alguns professores e alunos da Faculdade de Filosofia.

A diversas instituições o IHGES tem franqueado a sua sede para reuniões, o que ultimamente se tem deixado de fazer em vista ao aspecto de desarumação interna. É apenas a diretoria ali se reúne, sendo as demais sessões realizadas em outros locais gentilmente cedidos.

As estantes e armários encostados às paredes, rachadas e encharcadas pelas goteiras, foram esvaziados e trazidos para o meio do salão onde também velhas mesas suportam a carga dos livros e outros impressos amontoados. Estes vão sendo a pouco

e pouco seleccionados: os aproveitáveis separados dos que ficaram totalmente destruidos e dos que não apresentam qualquer utilidade para consulta.

Neste breve intróito devemos louvar a regência, que melhor acompanhamos, dos nossos últimos predessessôres Eurípedes Queiroz do Valle e Ceciliano Abel de Almeida, que aceitaram abnegadamente várias reeleições consecutivas e tanto se esforçaram para dar sinais de vida ao nosso Instituto Histórico e Geográfico.

O programa das comemorações do cinquentenário do IHGES, começado desde janeiro com a conferência do Prof. Woll, já foi oportunamente anunciado na imprensa diária.

Esse programa foi ainda galardoado com a preciosa contribuição de A Gazeta, quando o seu preclaro Diretor General Darcy Pacheco de Queiroz colocou à nossa disposição duas edições do Caderno Literário, o que sobremodo agradecemos também por todos os nossos prezados consócios.

DOCUMENTÁRIO

Mestre Antônio Rosa:

O Aleijadinho de Conceição da Barra

Reportagem de Luiz Alfredo e Fernando Richard

Num barraco de pau-a-pique, à saída da cidade de Conceição da Barra, no Norte do Espírito Santo, vive um homem de idade indefinida, barbas grisalhas, feições duras e olhar suave. Uma particularidade marca o seu tipo: não tem umas das pernas. Chama-se Antônio Rosa, e faz arte primitiva. Sentado à sombra de um coqueiro-anão - seu atelier -, cercado de ferramentas rudes, esculpe, na madeira, um sem-número de objetos típicos.

A arte de "Mestre" Rosa é pura e simples como o ambiente em que vive. Ele é - segundo opinião de ententidos - um autêntico artista primitivo, pois, apesar de tantos anos produzindo, nunca arredou de seu ambiente e jamais teve contato com outros artistas, nem por leitura, coisa que desconhece o bom homem. Sua estória - conforme ele mesmo diz - "daria para fazer um livro triste". Antônio Rosa não sabe ao certo sua idade. Acha que é de 1900 ou um pouco menos. Quando era válido, trabalhou duro na lavoura e em estaleiro de barcos. Chegou a fazer o serviço de trinta homens - conta com orgulho. Mas o flagelo da região o

derrotou: o impaludismo não escolhe homem. Vivendo no interior e sem recursos para se tratar adequadamente, teve sua perna esquerda afetada pela gangrena e amputada. Foi em 1945. Rodou de um canto para outro como aleijado. Seu ex-patrão deu-lhe dez cruzeiros e o aconselhou a pedir esmola, coisa que Antônio sempre repeliu. Criatura de um conformismo extraordinário e fé religiosa inabalável, encontrou em sua espôsa, D. Evangelina, e em seus filhos, a razão para continuar lutando. Tentou se adaptar a um tipo qualquer de trabalho, mas ninguém o aceitava. Apegou-se, então, a N. S. da Penha do Convento e fez uma promessa: foi atendido. Seu amigo Manoel Xavier, antigo pescador e comerciante em Conceição, sugeriu-lhe fazer colheres de pau, que venderia em seu armazém. Animado, Rosa foi à mata, escolheu alguns tipos de madeira e meteu mãos à obra. Tornou-se "fabricante" de colher de pau, o que lhe valeu um módico meio de sustento. Tempos depois, com dificuldade de colocar suas colheres, sentiu-se inclinado a trabalhar a madeira com outras formas, nascendo daí sua arte, até então contida. Pilões com cabeças esculpidas, formas humanas, barcos, fruteiras, peixes e uma infinidade de outros trabalhos. Hoje, pessoas de todas as partes vão ao seu barraco à procura dos trabalhos. E lá o encontram num atelier sui-generis: sombra de coqueiro e um tóco baixo, sua mesa de trabalho entre ferramentas rudes.

(Transcrito de O CRUZEIRO, edição de 2-6-1966. — Publicação devidamente autorizada)

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

História do Espírito Santo

Christiano Ferreira Fraga

Em seu livro "Biografia de uma Ilha", Luiz Derenzi dispõe cronologicamente os fatos principais e seus respectivos protagonistas, rodeados pelos episódios e pelas figuras menores. Narrativa clara, corrente e legante, a que não faltavam às vezes oportunos toques de humorismo. Consulta criteriosamente todas as boas fontes de informação do espaço de tempo historiado, de 1501 a 1942.

Esforça-se no desentranhamento do período colonial, consagrando-lhe 120 páginas de pesquisas. Sopesando as controvérsias, procura deslindar as versões mais aceitáveis nesse mar de dúvidas.

No capítulo sobre Vasco Coutinho, restitui-lhe a grandeza da personalidade, tão desvirtuada por cronistas menos avisados. Faltaram ao fidalgo guerreiro os colaboradores indispensáveis para o prosseguimento de sua administração. Mesmo assim, Varnhagen alinha a Capitania do Espírito Santo entre as seis que mais prosperaram. Afirmação corroborada por Derenzi no trecho "Números auspiciosos" e em várias outras páginas.

A contribuição civilizadora do franciscano Pedro Palácios, de Anchieta e vários outros jesuitas e

de beneditinos, está marcada com justo realce, assim como a ajuda do Espírito Santo na fundação e colonização do Rio de Janeiro.

"Ao limiar do século XVII a vila de Vitória é ainda uma aldeia construída de taipa, cujas casas são cobertas de sapê ou palhas de pindoba". (p. 69)

Mas na luta pela sobrevivência era teimoso esse povinho paupérrimo oprimido e extorquido pelos capitães-mores, mesmo depois que a maioria dos habitantes correram fascinados pelo ouro das Gerais.

Por meados do séc. XVIII, Vitória já é uma cidade considerável para a época, com seus logradouros e casarios pitorescamente espalhados por planos e encostas. Mas só depois da Independência (17-3-1823) foi oficialmente elevada à categoria de cidade.

Como toda a Capitania, Vitória sofreu em sua civilização um dos mais rudes golpes com a expulsão dos jesuítas, daqui retirados presos em 1759.

No capítulo "O século XIX e a fronteira com Minas Gerais" aparece a triste figura do governador A. Silva Pontes, mineiro de Mariana, com curso de marinha e matemática em Coimbra, subserviente e ligeiramente doido varrido. O Espírito Santo tem para com ele uma dívida de gratidão: os três anos de ausência, pois foi o tempo que demorou a chegar. Mal assumiu a governança (29-3-1800), correu à Cachoeira das Escadinhas (hoje Baixo Guandu), e sem autorização da Metrópole,

"assinando o histórico auto de divisa entre as capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais, famoso

pela cessão de centenas de milhares de quilômetros quadrados aos nossos irmãos vizinhos do Oeste". (p. 118)

Inaugurou assim a série de habilidades com que os nossos irmãozinhos mineiros e baianos se têm apossado de terras capixabas. Já nos bastava a arbitrariedade anterior da Metrópole desrespeitando a integridade dos territórios atribuídos às capitanias.

As personalidades dos governadores seguintes Manuel Vieira de Albuquerque e principalmente Francisco Alberto Rubim, ganham o mais justo relevo neste capítulo.

Nos "Primórdios da Independência" (p. 131), referindo as rebeliões libertadoras no governo de Baltazar de Souza, observou: "O povo é sempre do contra, principalmente quando oprimido pela miséria".

Historiando as nossas vicissitudes até o clarear do século XIX, acumuladas pelos maus governos, diz a certo ponto: "O Espírito Santo viveu séculos de pobreza e de ignorância primária, somando-se ao descaso da Metrópole, sua vida social e econômica se atrofiou de modo singular". (p. 135).

Vencido o período colonial, a documentação se vai tornando mais numerosa e mais acessível, embora exija sempre rigorosa seleção esclarecida, aliás observada por Derenzi em todo o curso da narrativa.

Não iríamos destacar especialmente nenhum capítulo, pois todos mereceram do autor os mesmos cuidados, notaremos entretanto que das páginas sobre "A Insurreição do Queimado", é possível concluir que foi este um dos fatos mais propiciatórios da abolição da escravidão no Brasil. Na Província, em consequência

dessa rebelião dos cativos, a campanha abolicionista reativou-se, a Assembleia aprovou leis manumitentes, criaram-se instituições libertadoras, num movimento generalizado, e impressionante para o país inteiro.

Até 1942, todos os fatos da História do Brasil e do Espírito Santo relacionados ao crescimento de Vitória, foram bem focalizados no livro. A ação dos Prefeitos, então nomeados pelos governadores, foi quase sempre reflexo da administração estadual. Por isso, os governos estaduais foram também apreciados. Assim desde que Derenzi ampliasse um pouco mais o seu esquema, teria realmente escrito uma História do Espírito Santo.

Com este livro, Luiz Derenzi reafirma-se um dos mais legítimos valores de nossa cultura, e sacrificando tão longo tempo de seus interesses particulares, consagrado à preparação desse trabalho exclusivamente por amor à sua terra. Tê-lo em seu quadro de sócios, é motivo de justo orgulho para o IHGES, em cujo cinquentenário agora comemorado pode apontar entre as suas melhores contribuições esta monografia "Biografia de uma Ilha".

Noticiário

† A secção resenha bibliográfica, enriquecida neste número com um artigo de nosso presidente Christiano Ferreira Fraga, publicará, a seguir, resenhas dos trabalhos surgidos quando do Centenário da cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

† Durante o ano do cinquentenário, além do material constante na seção Documentário, emitiu o Instituto uma flâmula comemorativa, e a Medalha Anchieta, que tem sido distribuída a personalidades de escol.

† Para o biênio 1967/1969 foi reeleita a diretoria que, desde 1963, vem presidindo os destinos da Casa do Espírito Santo.

† Em julho de 1967, perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Casa do Espírito Santo se fez representar, por intermédio do Sr. Secretário Geral, nas comemorações do Sesqui-Centenário da Revolução Pernambucana de 1817. O acadêmico Múcio Leão foi convidado para proferir conferência sobre o assunto em Vitória.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Graça Aranha e o "Canaã"

Celso Bomfim

O ensaio de Augusto Emilio Estelita Lins é o mais profundo trabalho já publicado sobre GRAÇA ARANHA, o Canaã, e sobre suas influências literárias no Espírito Santo.

O romance racial do notável escritor, brasileiro-pelo alto valor de sua obra; ou maranhense - pelo berço do nascimento, ou capixaba, como quer Augusto Lins, pelo estímulo que trouxe ao nosso desenvolvimento literário, jamais teve um investigador tão arguto e tão sereno. Sem fazer apologia, o ensaísta trouxe à tona "os argumentos de autenticidade histórica, psicológica e sociológica do Canaã", realçando, como ninguém antes idéias e motivos do romance realista, que estudou melhor do que todos, e evidenciando com segurança, os temas do romance, seus quadros, seu mundo, os dramas psicológicos, os costumes, as personagens, seu fundo revolucionário, sua linguagem enriquecida de brasileiroismo, suas irreverências, suas sátiras.

O ensaio é riquíssimo de observações, de conceitos, de reflexões, de análises, de flagrantes, de apreciações, de interpretações, de pesquisas, de investigações, de diretivas próprias, de substâncias, é um grande livro. Um livro notável. No gênero, o maior que a literatura capixaba já produziu. Sobre Canaã e sobre

Graça Aranha, o maior da literatura brasileira. As idéias de Graça Aranha, as ações humanas de suas personagens, as situações e os costumes da época do romance, a vida individual e coletiva ligadas a Santa Teresa e a Cachoeiro de Santa Leopoldina, a linguagem, as observações, as descrições, as imagens, os temas têm, no livro de Augusto Lins uma contribuição impar.

É claro que por sua natureza e por sua própria intenção, o estudo de Augusto Lins não esgotou o assunto, nem colocará ponto final nas contínuas discussões que o autor de CANAÃ e seu livro têm provocado, ou nos temas, que têm inspirado ou nos pensamentos, que têm originado.

Ao contrário, o livro vem sugerir novos trabalhos, porque é provocador de idéias e porque abriu, a nossos olhos, novas paisagens e panoramas novos, com suas teses de interesse inesgotável.

Aliás, o próprio autor acentua saber que não vai conseguir, no desdobramento de seu estudo "resolver as jazidas de onde Graça Aranha extraiu a riqueza que expargiu no CANAÃ e nalgumas outras de suas obras. São fontes inesgotáveis de estesia os conceitos e temas que nêle se encontram, além de que as entrelinhas de Graça Aranha surpreendem a cada passo (pág. 13/14).

Escritor amigo da propriedade dos termos, dos vocábulos, da frase, da imagem, da idéia. Exato nos conceitos, cuidadoso nos retratos; às vezes até exageradamente cuidadoso, exato, próprio, Augusto Lins não tocou por alto, como um ensaio poderia fazer supor, o assunto Graça Aranha e o Canaã. Ao contrário, seu estudo é profundo, que sob o ponto de vista crítico, quer filosófico, embora naquele não se apresente dogmático, nem neste sistemático.

Se Montaigne, nos seus celebrados *ESSAIS*, pela primeira vez na história literária deu nome específico à apreciação e avaliação das idéias, das ações humanas, dos caracteres, Augusto Lins deu ao referido gênero uma dimensão incomum.

Sinto-me profundamente ligado ao CANAÃ. Por ser este um livro que trata do homem nas suas relações com a terra ou de influência desta nos costumes e nos caracteres de seus habitantes, seu telurismo me domina, nascido e vivido nas terras que o romance descreve ou onde o romance de desenrola em sua parte principal.

Por ser um romance racial, que prega a fusão das raças, ou que preconiza nova raça resultante daquela fusão, o romance também me diz respeito.

Estou no romance, dentro do romance, as suas páginas, misturado com suas personagens e com seus ambientes, através de minha terra e de minha gente. Quando leio CANAÃ, sinto que participo de sua história, de seus enredos, de suas paisagens. E agora, ao ler GRAÇA ARANHA E O CANAÃ, senti que também sou parte do ensaio de Augusto Lins.

Além disto, livro de Augusto Lins tem afirmativas e teses que provacam idéias, comentários, estudos. É um livro que sugere, que cada página sugere, o que demonstra sua vitalidade e sua penetração.

Exemplos: Graça Aranha - escritor capixaba? Onde foi escrito CANAÃ? O romance é nacionalista ou regionalista? Procurou fazer restrições à nossa gente? A *ESTÉTICA DA VIDA* e *A VIAGEM MARAVILHOSA* tem raízes no CANAÃ?

Não pretendo, nestes e noutros temas, descer a ponderações, pois o meu pensamento é coincidente com o do autor.

O que desejo é tecer considerações miudas, de menor monta, a respeito de alguns homens e fatos que Augusto Lins menciona, ou à margem destes dando, assim uma ligeira contribuição a passagens do livro, que surgem notas ou comentários.

Minha exposição não se dirige propriamente aos leitores, mas ao autor. Tem a finalidade principal confessada de algumas vezes, confirmar o escritor, ou de, outras vezes, completar suas informações ou suas investigações. Será, antes demais nada, um registro de comentários, que o próprio livro insinua, inspira ou lembra.

É evidente que, obra de investigação, o livro possui pequenas lacunas, que não desmerecem, no entanto, seu objetivo; obra de interpretação, provocará, naturalmente divergência, que não nulificarão suas conclusões.

Estranhei que o autor, tão preciso e minucioso no estudo da área humana e geográfica do romance, da situação do país em 1890, e no exame da elaboração do CANAÃ e de suas idéias filosóficas e sociais, no realce de seu enredo romântico, na identificação de personagens e lugares - estes com seus erros propositados ou não, não tenha dito uma só palavra sobre as canções que os habitantes de Santa Tereza cantavam.

O assunto é cativante. Por ele Augusto Lins roçou mais de uma vez ao lembrar que.

" Italiano era o alfaiate de Santa Teresa que, ao primeiro contato dos dois imigrantes com a fascinante localidade, fazia as vestes cantando e passava a ferro um pano grosso, incorporando-se à música vivaz e alegre tornada pelos vários ruídos do trabalho ". (p. 241).

O alfaiate cantor foi devidamente identificado pelo dr. Lins:

" Trata-se de Bortolo Armani, como informa dona Clotilde Martinelli Avancini, viúva do Coronel Carlos Avancini, ambos, por sua vez, figurando entre os mais destacados desbravadores e fundadores de Santa Tereza, e de cuja descendência há também representativos dos mais assinalados postos, no Estado" (pág. 241).

Mas o que cantava o alfaiate, o que cantava o povo teresense, na época, parece-me não ter feito o autor qualquer tentativa para verificar.

Noutro lance, Augusto Lins, evidenciando a intenção de Graça Aranha de apresentar um contraste entre os colonos italianos de Santa Tereza e os colonos alemães de Cachoeiro de Santa Leopoldina, acentua que.

" A primeira estava radiante na sua ingênua simplicidade, em ordem, lembrando um ombal, e em que as artes renasciam " na singeleza do seu espontâneo e feliz " início " e os sulcos do trabalho - longe da grande indústria - e o cantarolar dos homens e mesmo a lição matinal do mestre de música imprimiam a localidade um aspecto de paz, de consolo, de esperança " (pág. 334/335).

Ainda aí, em contáto com o cantarolar dos homens, Augusto Lins não se preocupou em saber o que cantavam, embora tivesse procurado identificar, sem êxito, o mestre de música, que dava suas lições matinais.

E o que os italianos de Santa Tereza cantavam e seus descendentes ainda cantam é de extraordinária riqueza e de rara beleza.

Se Augusto Lins tivesse penetrado êsse mundo vivo de canção, que Graça Aranha sugere em CANAÃ, teriam sido colhidas páginas mais belas para o seu livro.

II

O italiano é um povo que canta. Graça Aranha, que registrou, magistralmente, tipos e cousa de Santa Teresa e de Santa Leopoldina, alguns com realidade comprovada, outros ficcionando, não omitiu o facto de que cantavam, na pitoresca vilazinha dos vales, seus pequenos artífices.

Ora, é sabido que amontoados nos navios, sofrendo os rigores da travessia, sem conforto os venetos, piemonteses e lombardos, que contribuíram sôzinhos com mais de sessenta e quatro por cento para a massa migratória, cantavam suas canções de saudade, de esperança, de amores e de sátiras. Portadores do famoso "passaporte rosso", dormindo nos porões dos navios, quase sempre franceses, muitos dos quais antigos transportadores de escravos, sobre colchões sujos,

sem lençois e sem cobertores, eram divididos em grupos de dez, sob a chefia de um deles, responsável pelos dez pratos de flandres, que recebia juntamente com dez canecas, também de flandres, pela bacia e pela concha. E enquanto esperam o anúncio das refeições - biscoito bolorento chamado "gallette" e a sopa de arroz - anúncio feito através do sino de bordo, os imigrantes cantavam.

Na fila de beber água, aguardando sua vez de mamar no bocal de chumbo imundo e repugnante, ou mesmo durante o jogo da "cartella", cobrindo seus números (morto che parla) - o 48 ou o carrozzelle - 22, ou qualquer um dos 15 números), os italianos cantavam.

Os venetos, que compunham a grande maioria, cantarolavam:

"Guarda Venezia,
Come là è bella,
Sembra una stella
Là in mezzo al mar".

Os italianos de Santa Teresa - está no Canaã - continuaram cantando, muitas dessas canções foram por mim colhidas e aparecerão no livro "CANÇÕES DA TERRA DISTANTE".

Algumas foram de desilusão. Desapontados frente à realidade da terra, inculta e bárbara, apesar de bela e pujante, viram que as maravilhosas riquezas, descritas pelos agentes de viagem, não estavam à mão.

Estavam, ainda, no balançar de bordo, quando cantavam:

Andiamo in 'Merica
Andiamo a raccogliere caffè

A canção da desilusão logo surgiu. Quem a compôs? Quem musicou? Teria sido o professor de música não identificado por Augusto Lins? Nos dias de hoje, corresponderia a uma canção de protesto. Eu a ouvi muitas vezes cantada por meu "Nonno", Epiphano Gasparini, filho de Andréa Gasparini, êste citado por Augusto Lins entre os pioneiros da imigração em Santa Teresa (pág. 60), "padrão moral do imigrado, e tempera combativa e indormida, ao mesmo tempo um simples e operoso aldeão" (pág. 237), "o velho sapateiro a quem Lentz, ao ali chegar, achou venerável como um Santo":

"Noi sim partiti del nostri paesi
Noi siam partiti con grande orore
Con 30 gicrni di barca e vapore
E nel 'Merica noi siamo arrivati".

Que desilusão. Na pobreza italiana havia, ao menos, cama para dormir, teto para proteger. Aqui, porém, não havia palha nem feno. Dormiram no chão, ao sereno. Repousaram como os animais.

"E nel 'Merica che siamo arrivati,
Nom abbiám trovato ne paglia e ne fieno.
Abbiám dormito sul solo al sereno.
Come le bestie abbiám riposás.

Mas a raça era boa, de boa tẽpera: Não se enganou Graça Aranha ao confrontá-la com os industriais alemães de Santa Leopoldina. Com o seu trabalho, os italianos construíram cidades:

"E nel frattempo dei noi italiani
E con la industria dei nostri italiani,
Abbiám formato paesi e città".

Ou cantavam canções trazidas da Itália?

"E se el campanil l'è grando
E la chiesa picolina,
Dove é la Rosina,
Che a la festa no la gh'é?

Afinal, onde está a Rosina, que não está na festa?

"La é serata en camerela
A cosir e ricamar.

Que estaria Rosina bordando?

"Cosa é che la ricama?
Un fazzoletto e un sciugaman'.

Um lenço e uma toalha de enxugar mãos? Para que? De quem é? Para quem é? É realmente uma beleza de canção:

"De chi è quel fazzoletto,
Un regaleto all'oficial".

Cantam assim em Santa Teresa, no dialeto próprio, "oficial", sempre com um "f" só e com "o", demonstrando a influência local. Mas, pobre de Rosina:

"Povereta la Rosina
Che stà s'ha sbaglià".

Ou em 1890 os "teresenses" cantavam, como ainda hoje a bela "Mariottina"?

- "Dove te vet oh Mariottina.
Di bon ' ora in mezzo al prá. "
- Io mi me vado in campagnola
In campagnola a lavrorar.
- Che la Madona te protegga
Te difenda d ' ogni mal.

- Ch'la me daghe un giovinoto
Per poderme acconsolar.
- Ch'ella me daghe la polénta,
La polénta co'l formai.

Os dois últimos versos, são, tranquilamente, uma intromissão. A canção vinha séria, romântica, quando Mariottina pede a Nossa Senhora um jovem para a consolar. Aquêles pedido de polenta com queijo, dos dois últimos versos, que os teresenses contemporâneos cantam, quebram não só a seriedade da letra, como o próprio ritmo da música.

Ou cantariam os "teresenses" Evviva Noé, 'l gran patriarca, patrone dell "arca", porque foi a autor do vinho? Ou cantariam "ciao, ciao, ciao, pela morentina, ciao, ciao, ch' é prima de partire, un bacio te voi dar, oi la, e un bacino te voidar", como ainda hoje, em coreto, nos bares da cidade? Ou cantariam.

"Quel mazzolin di fiori
Che vien de la montagna,
E varda ben che non si bagna
Perchè l' é da regalar?"

Ou cantariam a engraçadíssima canção do Battistino, que "un bel giorno, si alsó alegramente, si vesti pomposamente e a Milano se nevá"? E em Milão "l' é entrato su un grando albergo, vede là una gran signora" e a saudou? E a senhora, afinal, "gh' avea la teglia in testa, i capelli acomadati, la gh' avea bel comfrati, del sú bravo peruchier"? Em compensação, porém, a senhora não era assim tão baixa: "La era alta quatro metri, sette, palmi de largheza"? Battistino casou, os parentes, vizinhos, amigos foram convidados ficaram alegres, no banquete havia.

"sette capre e sei montone
e novanta sei caponi
due galino e un polastrel".

e ainda

"cinque rube da farmagio
e la beveto com coragio
sette some de vin bon."

Quando o festim terminou, bom, a canção é grande e não convém descrever a "grandissima signora" a "despogliarsi"...

Ou quando Graça Aranha esteve em Santa Teresa, ouviu.

"La diz che l'è malata
Per no magnar polenta,
Bison portar paciencia
E lassarla maridar?"

Investigador perseverante, Augusto Lins, ao que parece, não teve seu interesse despertado para essa área de Canaã...

Seu livro fundamental, que às vezes, péca por excesso, repetições e insistências nessa parte é lacunoso. Omissos.

III

Dando-nos uma visão completa de Graça Aranha, Augusto Lins realça o que Canaã tem de real, no enredo, nos retratos, no palco, e o que tem de ficção.

A arte não é dependente da realidade. Sua autonomia, produto da imaginação, resulta da própria percepção estética.

Num trabalho de investigação literária, que assinala um instante de nossa literatura, Augusto Lins aponta, em Canaã, comprovadamente, o cotidiano e o romanesco, aquele enriquecido por êste, e nos mostra a conjugação dêsses dois mundos, da qual surgiu o "romance-poema". Ou, melhor dizendo, Augusto Lins indicou, no Canaã, a mistura do real com o irreal, da qual apareceu a ficção. Foi um trabalho paciente de pesquisa, naturalmente dificultado pelo pouco que ficou dos tempos de Graça Aranha no Espírito Santo e pela nenhuma ressonância de Canaã, em Santa Teresa e Santa Leopoldina, quando de sua publicação.

Mas, que repercussão poderia ter tido o livro, nessas duas localidades, quando veio a público, e que memória poderia ter deixado um juiz que passou menos de quatro meses em sua comarca?

O próprio autor registra que "o Canaã, em Cachoeiro de Santa Leopoldina, quase não poderia ser lido. Claro que com exceções. A população mais numerosa era de estrangeiros: alemães, principalmente; flamengos, austriacos, italianos, suíços etc. Nem o era pelos brasileiros filhos de estrangeiros, êles mesmos sem saberem então falar a nossa língua". E arremata: - "Em Santa Teresa, apesar de ser predominante o elemento imigratório italiano, e, portanto, de ser a nossa língua aí mais acessível aos estrangeiros e mesmo muito mais falada por êstes do que em Cachoeiro, o Canaã pouco era lido." (pag. 163).

O registro e as justificações são exatos.

Uma publicação italiana de 1911 (dez anos depois da primeira edição do Canaã), intitulada "ITALICA GENS", em sua página 146, descreve Santa Teresa como

"il centro di una serie di vallate abitate nella maggior parte da italiani, veneti e trentine in special modo. Questi coloni italiani ascendono infatti a 12.000, mentre il rimanente della popolazione - tedeschi, polacchi e brasiliani - arriva appen a 6000 anime" (Ob. cit. Trim, pág. 446).

Já naquele tempo, os nossos colonos, em sua maioria pequenos proprietários, reclamavam que suas condições

"non sono delle migliori per le tristi conseguenze delle prolungata crisi del caffè e per l'elevatissimo costo della vita". (pág. 447/448).

A referida publicação, mencionando o colégio que os padres capuchinhos mantinham na localidade (Colégio Ítalo Brasileiro Rita Beverini Macchiavelli, em homenagem à esposa do cônsul italiano, em Vitória, mais tarde Ministro, na Itália, colégio que, posteriormente, simplificou-se em Ítalo-Brasileiro e, afinal, terminou em Seminário Seráfico S. Francisco), realçava:

"Non è a dire di quale grand utilità sia questa scuola; già da parecchi anni i coloni si lamentavano che la loro figliolanza crescesse senza instruzione; i giovani, tra di loro fuori di casa, parlavano solamente il brasiliano e in casa il veneto, che è la solo lingua parlata dai genitori." - (Ob. cit. pág. 449).

Assim era Santa Tereza. Os colonos reclamavam que seus filhos cresciam sem instrução. Os jovens, entre eles, fora de casa, falavam somente o brasileiro, e, em casa, o vêneto, que era o dialeto que seus pais falavam.

Quanto a outros estrangeiros, no entanto, era diferente.

O "Diário da Manhã" de 17.12.922, por exemplo, estampa uma nota afirmando que a "Junta de Revisão e Sorteio Militar" deliberou deferir os requerimentos de Theodor Robert Otto Shneider e Heinrich Alvin Birchler, que se diziam estrangeiros, isentando-os do serviço militar.

É interessante anotar que ambos nasceram no distrito de "25 de Julho" em Santa Teresa, filhos dos agricultores Emilio Schneider e Jorge Birchler, estes dois naturalizados brasileiros, jurados e eleitores...

Em relatório apresentado ao Governo do Estado, o então Secretario Mirabeau Pimentel ("O Comércio" de 10.2.1923), registrou que, nas localidades onde predominava, de modo absoluto, a população estrangeira, (Santa Izabel, Santa Leopoldina e Santa Teresa), o ensino primário era tarefa difficilima. E escrevia: "Em primeiro lugar, surge uma dificuldade invencivel o estabelecer-se o professor entre os elementos estrangeiros, principalmente entre os alemães. Em regra geral, negam-lhes tudo: casa, pensão, e alunos." (parênteses: parece até aquela anedota do português que não emprestou dinheiro ao amigo por vinte motivos, O primeiro motivo era porque não tinha dinheiro...)

Um jornal de Cachoeiro de Santa Leopoldina, dirigido por Orlando Bomfim e redatoriado por Rômulo Finamore (O Comércio), em sua edição de 23.6.1922 noticiava que, "na última sessão do juri daquela comarca, compareceu à barra do tribunal um cidadão brasileiro, nascido naquele município, o qual, para responder às perguntas que lhe foram feitas pelo Juiz de Direito, teve necessidade de um intérprete, pois desconhecia por completo o idioma do seu, do nosso país".

No entanto, dizia a notícia, "sabe ler e escrever o alemão, conhece a literatura alemã."

Ora, se ainda hoje, como regra geral, as obras literárias não alcançam, no Brasil, a necessária ressonância, que teria acontecido com o Canaã, no início do século, nas duas localidades que ainda tantos anos depois, tinham filhos que desconheciam completamente o idioma em que o livro fôra escrito?

Naquele tempo, 1890, que reflexos poderiam ter, em Santa Teresa e Santa Leopoldina, a atividade e o procedimento de um escritor que ali estivera menos de quatro meses, e como poderia ter sido lido um livro (1902) por imigrantes analfabetos ou que desconheciam o português?

Posteriormente, porém, como bem acentua Augusto Lins, êsse interêsse surgiu, alimentou-se, cresceu, digo eu, explodiu, hoje, no GRAÇA ARANHA E O "CANAA" e nos estudos que Renato Pacheco vem fazendo.

Apesar de tudo, em ligeiras citações de um ou de outro, encontramos prova de que Graça Aranha não era totalmente desconhecido de teresenses e leopoldinenses. Às vezes as citações continham equívocos:

"A cidade do sol e das águas", como batisou a grande literato Graça Aranha, que por alguns anos presidiu os negócios judiciários desta comarca, vem caminhando num progresso digno de nota".

É o que está publicado no jornal "O Centro", de S. L., de 30-7-1916. Nem Graça Aranha se referiu a "cidade" do sol e das águas, e sim a "filha do sol e das águas", nem esteve em Santa Leopoldina "por alguns

anos", mas, sim, por quase quatro meses, nem presidiu os negocios judiciários da comarca, tendo sido Juiz Municipal e de Orfão.

De qualquer modo, porém, vale a citação para mostrar que o escritor e seu romance não eram totalmente desconhecidos em Santa Leopoldina, em 1916

Outro cronista, Jules Granval, ao registrar mais um ano de existência do jornal "O Comércio", escreve que este "apareceu vacilante e tímido na florescente "Canaã" "falada por Graça Aranha" (O Com. de 24 - 4 - 1921.)

Note-se, no trecho, não só a citação de Graça Aranha, mas também a afirmativa de que Santa Leopoldina era a Canãa falada pelo escritor.

Em crônica de 1922 (O Comércio, de 22 de janeiro), Orlando Bomfim escrevia:

"A limpeza das ruas continuará a ser feita a sério, na louvável forma de costume; o França não deixará de "puxar" toda tarde o seu "piauí", o Otávio "bancará o coronel" ainda por muito tempo, o dr. Lauro fará aos sábados a sua costumeira viagem a Vitória e a Campos - o companheiro de viagem de Graça Aranha - manterá indefectivamente a mesma linha na vigorosa distribuição de convites fúnebres".

A citação, agora, inclui uma das personagens reais do romance, o Campos, Antônio Nunes de Siqueira Campos, que no livro é o guia de Milkau e que concedeu a Orlando Bomfim uma entrevista de certo modo pitoresca e maliciosa, publicada na "Vida capixaba" de 15.9.1936, e mencionada, aliás, por Augusto Lins.

Diga-se de passagem, aos que gostam de identificar personagens, que o França, da crônica, é o França Vervloet, de origem belga, um dos grandes comerciantes locais na ocasião em que Santa Leopoldina era empório comercial de primeira grandeza no Estado: Costumava pescar impecavelmente trajado e diziam, usava queijo do reino ou presunto em seus anzóis. Por isso "puxava" seus peixes, enquanto pescador de minhoca nada pegava... Os dois seguintes são o Cel. Otávio Índio do Brasil e o dr. Lauro de Faria Santos, o primeiro político de prestígio, o segundo promotor público e depois advogado de nomeada.

Ao lado desses três nomes, exponenciais na ocasião, figurou o Campos, personagem de Canaã, secundário, mas personagem.

A citação é da época em que

"A tarde desfilam pela metálica os pescadores, de pindaíba em punho, saco a tiracolo, iscas no bolso.

O interessante é que os peixes daqui são metidos a fidalgos não comem minhoca nem tana-jura, só pegam em anzol que tenha queijo do reino ou presunto, e, mesmo com estas iscas, não engolem o anzol de qualquer um. Tanto isto é verdade que nem todos têm sorte do França na pescaria. O França é Prefeito do Município e sócio da casa Vervloet, Irmão & Cia..." (O Comércio, de 11.12.21).

Numa crônica anterior, de 1921 (O Comercio 13.11.921), ainda Orlando Bonfim escrevia sobre Santa Leopoldina:

"Já houve até quem dissesse que a filha do sol e das águas, de Graça Aranha, é a terra das mil maravilhas".

Assim, em Santa Teresa, onde os garotos falavam português fora de casa, ou em Santa Leopoldina, onde os imigrantes costumavam ler o "Deutsche Post", diário alemão editado por Rotermond & Cia. em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Canaã foi se tornando conhecido, passou a nome oficial da terra, a nome de clubes, de centro literário, etc. e hoje é um símbolo. É ponto de estudos, de interpretações, de investigações. Como esse profundo trabalho de Augusto Emilio Estelita Lins.

IV

O livro de Augusto Emilio Estelita Lins é, como o próprio "Canaã", um mundo em turbilhão. É um criador de idéias. Provocador de temas e de considerações. Suscitador de problemas.

O ensaísta pesquisou exaustivamente. E, na sua obra, confronta realidade e ficção; encontra em Santa Teresa e em Santa Leopoldina, nos seus lares ou em suas colônias, nas oficinas, nas festas, no trabalho, as personagens de Graça Aranha, ou seus contemporâneos. E escreve de tal modo, com tal amplitude, com exuberância tal, com entrelaçamento de cipó, variações rebrilhantes de orquideas, árvores frondosas buscando o alto, que até parece "a floresta tropical", isto é, o esplendor da força na desordem", de que fala "Canaã".

Nessa floresta esplendida, que é o ensaio de Augusto Lins, se algum ramo se prolonga demasiadamente, num tropismo ardente, é razoável que o faça em prejuízo de outro, mirrado ou desaparecido.

Graça Aranha mostrou a terra da Promissão. Não mostrou, porém, toda a terra da Promissão. Nem toda gente da terra da Promissão. Augusto Lins des-

vendeu os caminhos da terra da Promissão. Flagrantizou, como êle próprio denomina, as personagens do livro. Nem todos os sítios de "Canaã" - samambaia, por exemplo - foram localizados. Nem todas as personagens foram identificadas. Mas o possível foi feito.

Graça Aranha teve a primazia de ser o primeiro romancista do imigrante. É claro que não esgotou nem poderia ter esgotado o assunto. Sem pensar n' "Um Rio que imita o Reno", aqui mesmo, no Espírito Santo, temos "KARINA", o grande livro de Virginia G. Tamanini.

Augusto Emilio Estelita Lins, apesar da sobriedade do seu trabalho, não esgotou a pesquisa do "Canaã".

O próprio livro de Virginia G. Tamanini nos leva insencivelmente a uma série de considerações à margem do ensaio de Augusto Lins.

O ensaísta, que leu "KARINA", que cita em seu livro com palavras carinhosas, não percebeu ou, se percebeu, deixou passar sem comentário, o fato de ser o Romance da escritora capixaba ligado ao "Canaã".

"KARINA" é a própria vida, um pouco romanceada, de Catarina Gasparini, esposa de Epiphânio Gasparini, um dos cinco filhos de Andréa Gasparini, personagem de "Canaã".

Karina é nora daquele "padrão moral do imigrado, daquele "aldeão simples e operoso", dotado de "têmpera combativa e indormida". "Um caráter", como o retrata Augusto Lins em seu livro, dizendo que assim o observou Graça Aranha.

Lendo "KARINA", Augusto Lins, sentiu sua perene doçura e realismo acentuadamente gritante; sentiu "piedade e solidariedade para com as lancinantes passagens do romance real do imigrante numa terra poderosa, opulenta, perturbadora e fascinante que o agrilhoa". (pág. 376).

Augusto Lins que, com seu espírito penetrante, viu, em KARINA, passagens lancinantes do "romance real do imigrante", não se apercebeu de que o livro capixaba tinha profunda ligação com o "Canaã". E, o que é de certo modo um lapso, quando o escritor relacionou, às fls. 240 de seu livro "uma estirpe de que fazem parte nomes de projeção no cenário do Espírito Santo", descendentes de Andréa Gasparini, "venerável como um santo", omitiu o nome da escritora Virginia Gasparini Tamanini, sua neta e autora de um livro tão ligado ao "Canaã", inclusive por também um romance do imigrante. E, como no livro de Graça Aranha, um enredo real com passagens de ficção. O heliotropismo teve, naturalmente, nessa parte do ensaio, as suas consequências já mencionadas.

Aliás, outra escritora capixaba ligada ao "Canaã" é Ida Vervloet Finamore, descendente de Andréa Gasparini, pelo lado materno, e de José Vervloet, pelo paterno. E nestas mesmas condições o atual Secretário da Educação do Estado.

Quem, como eu, nasceu em Santa Tereza e se familiarizou em Santa Leopoldina, onde meu pai advogou durante tantos anos e dirigiu um jornal local lendo Augusto Lins tem nos ouvidos, o barulho do casco da burrama batendo forte no chão duro.

Vejo a tropa chegar de Afonso Claudio, ou de Sagrada Família, ou de Santa Teresa, os animais suados transportando no lombo as riquezas de Canaã,

a mula de guia, à frente, a madrinha, o mascote, o cachorro, o sincerro acompanhando. Ainda ouço a música dos guizos e vejo as fitas coloridas enfeitando a tropa.

Vejo o Vale do Canaã, batizado pelo jornalista Orlando Bomfim, segundo depoimento que me prestaram espontaneamente Otacilio Lombae Levi no Fânzeres, sendo certo que o engenheiro Luiz Derenzi me contou ter convidado Orlando Bomfim para ir ao "alto da serra", quando nasceu, então, o nome do vale portentoso.

Ah! os que cantam, ainda hoje, num corêto, entre copos de vinho, "La Montanara":

La su per le montagne
Tra boschi e valli dor
Fra l'aspre rupi echeggia
Un cantico d'amor.

La montanara ohé
Si sente cantare
Cantian la montanara
E chi non la sá?

La sú sui monti dai rivi d'argento
Una capanna coparsa di fior
Era la piccola, dolce dimora,
Di Sorenghina, la figlia del sol".

A filha sol... como no Canaã, Santa Leopoldina, a cidadezinha filha do sol e das águas...

Ainda escuto os tropeiros contando estórias de zoofilia, que o livro limpo de Augusto Lias muito acertadamente não registrou.

Li o diário manuscrito de Leonel Soares da Silva, a partir de 1896, passando por 1901 e 1902, vindo até dias próximos, registrando fatos de Santa Teresa, acontecimentos ligados ao lugar e a gente da localidade, batizados viagens a cavalo a Santa Leopoldina, viagens a Vitória, ao Rio, sem que haja uma única palavra sobre Graça Aranha ou a respeito do "Canaã". Este livro, realmente, não teve, de início em Santa Teresa ou em Santa Leopoldina, ressonância alguma. Só o tempo é que lhe tem dado sua verdadeira grandeza na literatura do país. Só o tempo é que o tornou conhecido dos filhos de Santa Teresa ou dos descendentes dos imigrantes de Santa Leopoldina.

Leio, agora, o ensaio de Augusto Lins. E sei que, para o grande romance racial, para o romance da fusão das raças, o romance da terra e do homem, "Canaã", só um grande romancista - Graça Aranha. E para seu interprete, seu pesquisador, um profundo estudioso - Augusto Emilio Estelita Lins.

Recapitulando ou resumindo nossas impressões do "GRAÇA ARANHA E O CANAÃ", reafirmamos que, em nossa opinião, o ensaio de Augusto Emilio Estelita Lins é o mais profundo trabalho já publicado sobre o grande romancista e sua obra.

Trata-se, evidentemente, de um grande livro, um livro notável, que, entretanto, não esgotou o assunto, nem, aliás, se propôs a esgotá-lo, e que surge como criador de novas idéias, de sugestões e temas novos em torno de Graça Aranha e de seus escritos.

O livro, às vezes, turbilhona, soa e ressoa, ecoa, repete-se e leva o leitor menos prevenido a um cipoal de imagens de fatos de acontecimentos, de dados. Não é defeito, propriamente, mas é antes o resultado positivo de um impulso criador. Peca, às vezes, por excesso, pela repetição, pelo falta de sistematização, e, poucas vezes, por omissão, como, por exemplo, quando deixa de citar Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco entre os "estudiosos atuais" do folclore capixaba. Na ância de não ofender melindres, usa, também às vezes linguagem muito precavida, quase medrosa, debatendo suas teses com muita ponderação, digamos, com muita precaução. Isto, porém, não lhe tira, em nada, o valor de obra original, profunda, séria, honesta, o maior ensaio que a literatura capixaba já produziu.

Noticiário

Medalha Anchieta

Divulgamos, a seguir, na íntegra, o ato da instituição da Medalha Padre José de Anchieta, datado de 15 de agosto de 1964, e firmado pela Diretoria do Instituto:

1°.) Fica instituída, ao ensejo do ingresso na Casa do Espírito Santo, de S. Exa. Reverendíssima D. João Batista da Mota e Albuquerque, Arcebispo e Vitória, e como ato preliminar das comemorações do cinquentenário de fundação deste Instituto, a Medalha "José de Anchieta, com a efígie do apóstolo do Brasil.

2°.) A Medalha será conferida, pela Diretoria do Instituto, àqueles que, por suas obras e estudos relevantes no campo das ciências sociais, realmente a merecerem.

3°.) Haverá livro próprio para o registro das concessões da Medalha, lavrando-se nele, além dos que determinaram a homenagem, os dados biográficos do agraciado.

4°.) Do ato preliminar da Diretoria do Instituto, quanto à Concessão da Medalha aqui instituída, caberá recurso para a Assembléia Geral, na forma do Regimento.

5°.) As despesas de confecção da Medalha serão indenizadas, como de praxe, na Tesouraria do Instituto, ao preço de custo, na ocasião em que fôr conferida; sendo, todavia, gratuito, o diploma que a acompanha.

NOTAS DA REDAÇÃO

* O IHGES e sua Comissão de Revista não se responsabilizam pelos conceitos e opiniões adotados e expendidos pelos ilustres colaboradores desta Revista.

* O IHGES e sua Comissão de Revista, tendo em vista a dificuldade de impressão e seu alto custo, e para que se não interrompa a edição da mais antiga publicação cultural do Espírito Santo, resolveram divulgá-la apenas de três em três anos reservando-se o direito de lançar edições especiais intermediárias.

* O envio da Revista, doravante, dependerá de expressa de nossos assinantes que a vem recebendo, gratuitamente.

* Pede-se permuta. Please send us your publication in exchange. Rogamos enviarnos en canje sus publicaciones.

Mandateci vostre pubblicazioni.

Nous prions de nous envoyer en échange vos publications. Wir danken für Austausch.

Sumário

ESTUDOS E ENSAIOS

Primeiro capítulo da história de Vila Velha, Ceciliano Abel de Almeida	5
Assim morreu Anchieta, Ceciliano Abel de Almeida	16
José Marcelino, Levy Rocha	19
Estrada São Pedro de Alcantara, Heribaldo L. Balestrero	25
Um Donatário que "bebia fumo", Guilherme Santos Neves	29
Subsídios para a história de Nova Almeida, Guilherme S. Neves	33
Três pequenos estudos, Renato J. C. Pacheco	36

DOCUMENTÁRIO

Estudos e críticas bibliográficas In memoriam de Ceciliano Abel de Almeida	51
Um centenário, Nelson Abel de Almeida	79
Cinquentenário da Casa do Espírito Santo	82
Mestre Antonio Rosa, o aleijadinho de Conceição da Barra	98

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

História do Espírito Santo, Christiano Ferreira Fraga	100
Noticiário	104
Graça Aranha e o "Canaã" Celso Bomfim	105